

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ FELTRAN MAIA

**O ensino superior em *O Estado de S. Paulo*:
uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP
(1947-1964)**

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ FELTRAN MAIA

**O ensino superior em *O Estado de S. Paulo*:
uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP
(1947-1964)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História da Educação e
Historiografia Orientador: Prof. Dr. Bruno Bontempi
Júnior

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

378 Maia, Ana Beatriz Feltran

M217e O ensino superior em *O Estado de S. Paulo*: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947-1964) / Ana Beatriz Feltran Maia; orientação Bruno Bontempi Júnior. São Paulo: s. n., 2013.
89 p. + anexos.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Carvalho, Laerte Ramos de
 2. *O Estado de S. Paulo*
 3. Universidade de São Paulo
 4. Carreira docente
 5. Cidade Universitária
 6. Ensino superior I. Bontempi Júnior, Bruno, orient.
-

Nome: MAIA, Ana Beatriz Feltran

Título: O ensino superior em *O Estado de S. Paulo*: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947-1964)

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

Beatriz Aparecida Feltran Maia

João Batista Maia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que desde meu nascimento tem se esforçado para que meus sonhos virassem realidade. Sem vocês e seu apoio incondicional, esta pesquisa não seria possível.

À minha família, que desde a graduação tem me apoiado e compreendido os esforços que o trabalho acadêmico demanda. Obrigada por todos os momentos de afeto e encorajamento.

Ao meu orientador, Bruno Bontempi Júnior, por acreditar desde o início em minha proposta de trabalho e ter, ao longo desses anos, atenciosamente cuidado de minha formação como pesquisadora e docente. Sou grata à todos os momentos de preciosa orientação e amizade.

Agradeço à Universidade de São Paulo, à Faculdade de Educação e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por proporcionarem o apoio necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sou grata aos funcionários do Centro de Memória da Educação da FEUSP, em especial à Iomar, Fernanda e Marcelo, que gentilmente me receberam e me deram acesso aos documentos indispensáveis à pesquisa.

À reitoria da Universidade de São Paulo, em especial aos funcionários da Secretaria Geral, que me receberam e ajudaram com cordialidade e presteza nos momentos de pesquisa.

Agradeço, especialmente, à senhora Maria de Lourdes Chagas de Carvalho, que aceitou prontamente o convite para a entrevista, me recebeu com cortesia em sua casa e cedeu informações de suma importância para a realização do trabalho.

Aos professores das disciplinas da pós-graduação, em especial professora Denice Catani e Carmem Sylvia Moraes, que possibilitaram os primeiros estudos e reflexões sobre a carreira docente na USP e o conceito de intelectual de Gramsci. Ao professor Waldir Cauvilla, pelos ensinamentos na disciplina sobre a ideia de universidade.

Aos professores Marta Carvalho e João do Prado de Carvalho pelas contribuições valiosas no exame de qualificação e por gentilmente aceitaram o convite para a banca examinadora de minha dissertação.

À equipe do projeto *Agendando o debate educacional na imprensa: Laerte Ramos de Carvalho e as Notas e Informações de O Estado de S. Paulo (1947-1962)*, pelo apoio e pela convivência.

Aos meus amigos do curso de História, do curso de Pedagogia e da Pós-Graduação, pela ajuda, compreensão, apoio e incentivo para que esta pesquisa se realizasse. Em especial à Márcio Botelho e Carolina Mostaro, que tantas vezes pacientemente me ajudaram. Obrigada pela amizade e gentileza.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Educação, que sempre me ajudaram com amabilidade e dedicação.

À todos que, de alguma forma, estiveram ao meu lado, me apoiaram e acreditaram que a realização deste projeto seria possível.

RESUMO

MAIA, Ana Beatriz Feltran. **O ensino superior em *O Estado de S. Paulo***: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947-1964). 2013. 89f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A pesquisa identificou e analisou os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) que tratavam do tema ensino superior durante os anos de 1947 e 1964. Esse período foi escolhido pois o responsável pela editoriais educacionais no momento era Laerte Ramos de Carvalho, professor da Universidade de São Paulo e seguidor dos princípios educacionais do periódico. O objetivo do trabalho era analisar como Laerte Ramos de Carvalho atualizou, por meio dos editoriais, os princípios educacionais do jornal, frente as disputas e embates que o ensino superior passou no momento. As fontes principais usadas para a análise foram os editoriais que tratavam do ensino superior, porém dentro do conjunto, foi feito um recorte temático. Como o principal objeto de apreciação de Ramos de Carvalho era a Universidade de São Paulo (USP), optou-se pela análise de dois assuntos referentes a ela e de suma importância para a manutenção dos princípios e moldes originais dados por seus fundadores: a regulamentação da carreira docente e a construção da Cidade Universitária. Os editoriais eram o local de anúncio e defesa dos ideais educacionais de *OESP* e Ramos de Carvalho seu porta voz na esfera pública e dentro da universidade. Assim, a pesquisa tem por referencial teórico a compreensão do documento jornalístico como registro que expressa as diversas facetas da complexidade da conjuntura sociocultural ao qual pertence, além de evidências do próprio lugar social da imprensa. Ramos de Carvalho é compreendido como intelectual, pois por meio dos editoriais ele debatia e dialogava sobre as questões do ensino superior com a opinião pública, prezando pela manutenção dos princípios educacionais dos fundadores da USP, grupo ligado ao jornal *OESP*. A pesquisa permitiu concluir que a campanha travada pelo jornal pela criação da carreira docente na USP tinha por objetivo a conservação da tradição científica criada pelos professores estrangeiros na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), enquanto a campanha pela construção da Cidade Universitária era pela concretização dos princípios de integração e universalidade do conhecimento, depositados na FFCL, centro unificador da universidade.

Palavras-chave: 1. Laerte Ramos de Carvalho 2. *O Estado de S. Paulo* 3. Universidade de São Paulo 4. Carreira docente 5. Cidade Universitária 6. Ensino superior

ABSTRACT

MAIA, Ana Beatriz Feltran. **Higher education in the *O Estado de S. Paulo***: an analysis of Laerte Ramos de Carvalho's editorials about USP (1947-1964). 2013. 89f. Dissertation (Master) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The research identified and analyzed the editorials of the newspaper *O Estado de S. Paulo (OESP)* that addressed the issue higher education during the years 1947 and 1964. This period was chosen because the responsible of educational editorials at the time was Laerte Ramos de Carvalho, professor at the Universidade de São Paulo and follower of the educational principles of the journal. The aim of this study was to analyze how Laerte Ramos de Carvalho updated, through the editorials, the educational principles of the newspaper, front the wheeling and dealing that higher education has passed at the moment. The main sources used for the analysis were the editorials that dealt with higher education, but inside the assembly, was made a thematic focus. As the main object of appreciation Ramos de Carvalho was the Universidade de São Paulo (USP), we chose to analyze two issues related to it and of paramount importance for the maintenance of the principles and original molds given by its founders: regulation the teaching profession and the construction of University City. The editorials were the site of announcing and defending the ideals of educational *OESP* and Ramos de Carvalho was his spokesman in the public sphere and within the university. Thus, the research is theoretical understanding of journalistic document as a record that expresses the many facets of the complexity of the sociocultural environment to which it belongs, as well as evidence of the proper place of social media. Ramos de Carvalho is understood as an intellectual, because through the editorials he dialogued and debated on issues of higher education with public opinion, valuing maintenance of educational principles of the founders of the USP, group linked to newspaper *OESP*. The research concluded that the campaign waged by the newspaper for the creation of a teaching career at USP was engaged in the conservation of scientific tradition established by foreign teachers in the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), while the campaign for the construction of University City was the realization of the principles of integration and universal knowledge, deposited in FFCL, unifying center of the university.

Keywords: 1. Laerte Ramos de Carvalho 2. *O Estado de S. Paulo* 3. Universidade de São Paulo 4. Teaching career 5. University City 6. Higher education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A escolha do tema.....	10
O trabalho de Laerte Ramos de Carvalho como editorialista e o recorte cronológico.....	11
O <i>corpus</i> documental e seu tratamento.....	16
Problematização.....	20
1 LAERTE RAMOS DE CARVALHO E SUAS RELAÇÕES COM A USP E O ESTADO DE S. PAULO.....	23
1.1 O projeto político pedagógico do jornal.....	25
1.2 A função de intelectual.....	35
1.2.1 O cotidiano da produção dos editoriais.....	39
2 A USP NOS EDITORIAIS: OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DE O ESTADO DE S. PAULO EM DISPUTA.....	43
2.1 Carreira docente.....	43
2.1.1 Os professores estrangeiros na FFCL.....	45
2.1.2 Contratos e concursos.....	48
2.1.3 Regulamentação da carreira docente.....	56
2.2 Cidade Universitária.....	65
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	83
Bibliográficas.....	83
Fontes.....	85
ANEXO A.....	90
ANEXO B.....	91
ANEXO C.....	92
ANEXO D	93

INTRODUÇÃO

Entre 1947 e 1964, Laerte Ramos de Carvalho, catedrático de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL), foi o responsável pela redação dos editoriais sobre a educação nacional na seção "Notas e Informações", tradicional espaço opinativo de *O Estado de S. Paulo* (OESP). Em suas colunas, analisou, criticou, propôs, exortou, combateu e levou à tribuna pública os princípios educacionais do jornal. Em sua intensa atividade de editorialista, Ramos de Carvalho fez publicar suas colunas de duas a três vezes por semana, "agendando" assim o debate contemporâneo sobre a educação brasileira, ao promover a seleção dos assuntos que deveriam instruir a "opinião pública", sobre os quais importava discutir e tomar partido. Por este engajamento em disputas e embates na cena pública sobre princípios e ideais acerca da educação, Ramos de Carvalho é entendido como um intelectual de seu tempo.

Do amplo espectro de temas tratados nesses editoriais, destacam-se por recorrência e ênfase dados o tema do ensino superior e, em especial, as questões em torno da Universidade de São Paulo (USP), uma de suas mais contínuas preocupações. Desta forma, os editoriais que trataram da USP, mais especificamente, sobre a criação da carreira docente e sobre a construção da Cidade Universitária foram selecionados como *corpus* documental da pesquisa. Estes dois assuntos foram escolhidos pois transparecem as preocupações relativas à manutenção e consolidação do projeto fundador da Universidade de São Paulo, que continuou sendo difundido e defendidos pelo jornal pelas mãos de Ramos de Carvalho. A carreira docente seria o coroamento da tradição científica implantada pelas missões estrangeiras na FFCL, uma das bases sobre as quais se estruturou a criação da USP. A cultura e o saber dos professores estrangeiros era o ponto de partida para a regeneração política desejada pelos fundadores, pois acreditavam no poder da ciência para a transformação da sociedade, rumo à democracia. Com a carreira docente, os antigos assistentes dos mestres estrangeiros ascenderiam às cátedras, e garantiriam a perpetuação de seus ensinamentos. Já a construção da Cidade Universitária seria a concretização, a materialização dos princípios de integração entre os institutos da universidade e da universalidade do conhecimento, ideal proposto pelos fundadores da USP com a criação da FFCL, a "alma mater" da instituição. A manutenção destes princípios nos projetos da Cidade Universitária era necessária para

que se garantisse a concretização da missão dada a FFCL, a criação do “espírito universitário” e a tomada de “consciência nacional”, para a transformação da sociedade.

A escolha do tema

O interesse inicial por esses editoriais surgiu por meio da leitura do artigo de Bruno Bontempi Jr. (2006), acerca dos embates travados no jornal sobre a expansão do ensino secundário, e da sua tese (2001), em que estudou as relações existentes entre a Cadeira de História e Filosofia da Educação da USP e o referido periódico, por meio da atuação desse intelectual nos anos de 1940 a 1960. Em seu artigo, e em especial no terceiro capítulo da tese, o autor identifica os argumentos que o matutino utilizou para criticar a expansão do ensino secundário no estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que defendia o que considerava ser os “legítimos interesses do ensino”. Com esta expressão, o matutino, pelas mãos de Ramos de Carvalho, resumia um conjunto de princípios embasados em um projeto político pedagógico, idealizado e posto em prática entre os anos 1920 e 1930 (CAPELATO & PRADO, 1980; CARDOSO, 1982; SPOSITO, 2001), e por ele atualizado nas décadas seguintes.

Deste primeiro contato com a produção jornalística de Ramos de Carvalho seguiu-se a realização de um inventário dos assuntos educacionais nela tratados. Da leitura de uma pequena amostra¹, composta dos editoriais de 1947 e 1948, pude verificar a sua destacada preocupação com a questão do ensino superior, seja pelo grande número de notas que tratavam do tema, seja pela ênfase que o intelectual paulista lhe dava.

A partir desta hipótese primeira de que o ensino superior teria destaque do conjunto da produção jornalística de Ramos de Carvalho, os editoriais que versam sobre o tema foram escolhidos como *corpus* documental principal. O segundo recorte feito foi selecionar, do conjunto total do *corpus*, os itens que seriam analisados ao longo do período. Dos editoriais selecionados, foi possível identificar a existência de alguns assuntos que apareciam com maior frequência e tinham uma grande ênfase no conjunto dos documentos: a expansão do ensino superior no estado de São Paulo; as greves

¹ Os editoriais redigidos por Laerte Ramos de Carvalho, identificados como tais e reunidos por Marta Maria Chagas de Carvalho, encontram-se preservados no acervo do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP e estão disponíveis para consulta, em meio material e digital.

estudantis; a formação dos quadros e a carreira docente; a construção da Cidade Universitária e a autonomia universitária. Como grande parte dos editoriais tratavam de questões referentes à USP, a análise dos documentos restringiu-se ao seu âmbito, indicando assim o interesse mais proeminente do autor, e deste, foram escolhidos dois assuntos: a carreira docente e a Cidade Universitária. Essas questões ressaltaram por sua importância para a concretização dos princípios educacionais que tinham norteado os fundadores da Universidade e que continuavam a ser defendidos em *OESP* pelas mãos de Ramos de Carvalho, pois a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) como núcleo unificador da universidade, a construção da Cidade Universitária e contrato dos mestres estrangeiros foram as bases da estruturação da Universidade de São Paulo (ANTUNHA, 1974, p. 95-96). A partir desta constatação foram escolhidas como eixos de pesquisa as análises diacrônicas dos editoriais que versaram sobre a construção da Cidade Universitária e sobre a proposta da criação da carreira docente, pois ambos assuntos eram essenciais para a manutenção do papel centralizador da FFCL na universidade e para a continuidade da tradição científica implantada pelos professores estrangeiros na FFCL.

O trabalho de Laerte Ramos de Carvalho como editorialista e o recorte cronológico

Laerte Ramos de Carvalho nasceu em Jaboticabal no dia 18 de agosto de 1922 e faleceu pouco antes de completar 50 anos, a 7 de agosto de 1972. Foi casado com Maria de Lourdes Chagas Carvalho, com quem teve duas filhas, Marta e Yara. Desde muito jovem atuou na imprensa de sua cidade, através de revistas culturais das quais participou como diretor e redator-chefe, onde publicou seus primeiros artigos. Em 1940, já formado no ensino secundário, mudou-se para São Paulo em razão de seu ingresso no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1942, concluiu o bacharelado e, em 1943, a licenciatura, ano em que inicia sua carreira acadêmica na mesma instituição. Na USP, passaria por diversos cargos, que progressivamente representaram seu amadurecimento intelectual e seu posicionamento ideológico, pedagógico e político dentro da FFCL. Seu primeiro cargo na universidade foi o de instrutor voluntário da Cadeira de Filosofia, a convite do catedrático João Cruz

Costa. Em 1944, tornou-se primeiro assistente da mesma cadeira, cargo que exerceu até 1951 (BONTEMPI Jr., 2002a, p.674-675).

Mesmo atuando como primeiro assistente da cadeira de Filosofia, em 1948, ingressou como assistente de Roldão Lopes de Barros na Cadeira de História e Filosofia da Educação da Seção de Pedagogia da FFCL-USP, que viria a reger oficialmente como catedrático após 1955. Em 1951, enquanto exercia os dois cargos de assistente, Ramos de Carvalho tornou-se doutor em Filosofia, com a tese *A formação filosófica de Farias Brito*, e, após o falecimento do catedrático Roldão Lopes de Barros, deixou a assistência da Cadeira de Filosofia e assumiu a Cadeira de História e Filosofia da Educação de forma interina. Esta migração do campo da filosofia para a pedagogia justifica-se. Ramos de Carvalho aproximara-se de Júlio de Mesquita Filho, tendo em 1946 reiniciado seu trabalho jornalístico, agora profissionalmente, como colaborador e, a partir do ano seguinte, como responsável pelos assuntos educacionais na coluna opinativa “Notas e Informações” do jornal *O Estado de S. Paulo*, atividade que exerceu intensamente até o ano de 1965², paralelamente à docência (BONTEMPI Jr., 2002a, p.675-677).

Segundo o mesmo autor (2006, p. 136-138), a mudança para a Seção de Pedagogia deu-se por uma conjugação de fatores, dentre os quais a possibilidade de rápida ascensão ao posto de catedrático e a de poder conjugar a carreira de editorialista de assuntos educacionais com o de pesquisador da área, o que lhe concedia maior autoridade no assunto. Para além destes aspectos relacionados à própria carreira, Ramos de Carvalho teve como elemento fundamental para sua aproximação com a esfera jornalística a relação com Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *OESP* e principal idealizador da USP, relação que passava por laços de amizade e convergência em relação aos princípios liberais do “grupo do *Estado*”.

No momento em que conquistou o posto de catedrático, em 1955, Ramos de Carvalho já era um dos seguidores e propagadores de princípios dos fundadores da

² De acordo com depoimento de Maria de Lourdes Chagas de Carvalho, a partir de 1965, pela mudança de cidade e pela dedicação integral à reitoria da Universidade de Brasília, Ramos de Carvalho deixou o cargo de editorialista, indicando para a função Roque Spencer Maciel de Barros, seu assistente na universidade. Roque não teria mantido a linha de pensamento de Laerte sobre as questões que envolveram o ensino superior no país no momento de gestação da Reforma Universitária de 1968. Mesmo após seu retorno a São Paulo, em 1967, Ramos de Carvalho não exerceu mais o cargo em *OESP*, já que Roque Spencer manteve-se nele como editorialista educacional (CARVALHO, 2012 [entrevista]).

universidade. De acordo com Bontempi Jr. (2001, p.229-230), na cadeira de História e Filosofia da Educação Ramos de Carvalho caracterizou-se por ser um docente aos moldes dos professores estrangeiros, que se destacava, desde sua brilhante defesa de tese feita para o concurso da cátedra, por uma excelente arguição, pelo cuidado em preparar as aulas e pela boa relação com os alunos. No que se refere à estrutura do curso, Bontempi Jr. (2001, p.229-233) verifica que, com a posse da cátedra por Ramos de Carvalho, a área de História da Educação Brasileira começou a ganhar maior espaço nos programas. Em 1961, Ramos de Carvalho assumiu o cargo de diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE-SP), órgão de pesquisa subordinado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), e o utilizou como espaço privilegiado de pesquisa documental para seus alunos, tendo como exemplo a criação, em 1962, do Setor de Documentação e Intercâmbio Pedagógico, que tinha por objetivo a conservação e a oferta dos documentos relativos à educação para consultas. Durante sua gestão, promoveu a fusão das divisões de “Pesquisa Educacional” e “Pesquisa Social” e transferiu o Curso de Pedagogia para as dependências do centro. Essas mudanças possibilitaram uma relação mais próxima entre a Cadeira de História e Filosofia da Educação e o CRPE-SP, o que permitiu a diversos orientandos de Ramos de Carvalho desenvolverem com melhor suporte suas pesquisas. De fato, o que ocorreu foi uma intensificação dos trabalhos de pesquisas do centro, uma melhor integração com a FFCL e o aproveitamento de quadros de licenciados da FFCL, em especial do curso de Pedagogia, na gestão de seus serviços. Sua gestão terminou em 1965, ano em que assumiu o cargo de Reitor na Universidade de Brasília (BONTEMPI Jr., 2001, p. 245-249).

De acordo com Marta Carvalho (2004, p. 380), antes mesmo de Ramos de Carvalho assumir a direção do CRPE, durante a década de 1950 o intelectual dera continuidade à tradição de estudos universitários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “que permitiu o aparecimento dos primeiros trabalhos de investigação no campo da história da educação brasileira” sob sua regência na cadeira de História e Filosofia da Educação. Conforme apontaram Vidal e Faria Filho (2005, p.103), ao transferir-se para a seção de Pedagogia, Ramos de Carvalho levou consigo João Eduardo Rodrigues Villalobos e Roque Spencer Maciel de Barros como assistentes, e a partir da década de 1960, com a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior, aglutinou em torno de si

uma nova geração de pesquisadores, dentre outros, Heládio Antunha, José Mário Pires Azanha, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Casemiro Reis Filho, Rivadávia Marques Júnior e Jorge Nagle. A intenção do grupo de pesquisa liderado por Ramos de Carvalho era que, a partir de um plano geral de monografias baseadas em documentação primárias, cada pesquisador investigasse um tema ou personagem do passado educacional para que fosse possível compor um quadro histórico dos séculos XVIII ao XX.

No ano de 1959, Ramos de Carvalho foi signatário do manifesto *Mais uma vez convocados*, e nos anos de 1960 e 1961, participou da Campanha em Defesa da Escola Pública, ao lado de professores e pesquisadores que atuavam com ele na FFCL e no CRPE-SP (CARVALHO, 2003). Como editorialista de *OESP*, pesquisador e docente da área da História da Educação Brasileira, havia acompanhado todos os trâmites legais da LDB desde 1947, e por isso foi um dos grandes nomes que fizeram parte das fileiras da campanha, principalmente em sua organização e em relação ao municiação técnico e ideológico que precisavam para a defesa da escola pública, universal e gratuita como um dos pilares da construção da sociedade liberal democrática. Além dos editoriais que escreveu sobre o assunto para *OESP*, o intelectual compôs o Comitê em Defesa da Escola Pública e participou do corpo de autores do livro *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, organizado por Roque Spencer M. de Barros, e redigido pelos próprios defensores da campanha como arma para mobilização da “opinião pública”³. Ramos de Carvalho destacou-se por ser o autor, entre editoriais do *OESP* e artigos assinados, de 28 dos 55 documentos publicados no livro, o que demonstra sua proeminente atuação na construção histórica, política e filosófica dos argumentos apresentados na obra, privilegiado por seu posto de editorialista, já que esta função o impelia a acompanhar e a escrever cotidiana e criticamente sobre o assunto. Por meio dos editoriais e de artigos acadêmicos, Ramos de Carvalho expressou seu

³ Opinião Pública: a opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce no debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. [...] A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente, por ser opinião, [...] mas na medida que se forma, e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada. A existência da opinião pública é um fenômeno da época moderna, pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais e revistas. [...] Após o advento da burguesia, ao constituir-se dentro do Estado uma sociedade civil dinâmica e articulada, foi-se formando um público que não quer deixar sem controle a gestão dos interesses públicos na mão dos políticos (BOBBIO, 2009, p.842).

posicionamento político e ideológico, ancorando-se na autoridade técnica proveniente de sua atuação acadêmica.

Participou da fundação do Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1963, no qual atuou por nove anos. Ainda em 1963, foi nomeado Diretor do Departamento de Educação da FFCL-USP e Vice- Presidente das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio (1963-1965), sendo depois Presidente da Câmara de Planejamento do CEE (1967-1969). Entre os anos de 1965 e 1967 foi reitor da Universidade de Brasília, e integrou a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Eapes) do MEC-Usaid em 1968. Em 1969, foi fundador e primeiro diretor da Faculdade de Educação da USP, além de Presidente da Câmara do Ensino Superior (1969-1971) e membro da Câmara do Ensino de Terceiro Grau (1971) (BONTEMPI Jr., 2002a, p.677-679).

Sem negar que durante sua atividade como docente e como editorialista Ramos de Carvalho agia politicamente no campo educacional e por meio da opinião pública podemos compreender que após 1965, por atuar mais fortemente na dimensão política administrativa, suas atividades irão se concentrar em torno das demandas dos órgãos deliberativos e cargos aos quais pertenceu. Com a mudança para Brasília há uma interrupção em relação a sua atividade como editorialista e, portanto, um corte de sua produção de forma mais intensa em *OESP*. Esse corte da produção dos editoriais acabou por justificar o recorte cronológico feito no *corpus* documental. Desta forma, a pesquisa concentrou-se em analisar os editoriais que Ramos de Carvalho escreveu desde o início de sua carreira no jornal até deixar seu cargo como editorialista e assumir o cargo de reitor.

Conceitualmente, este estudo parte da concepção que, atuando ao mesmo tempo na esfera acadêmica pela universidade e na pública, por meio do jornal, Ramos de Carvalho ultrapassava sua condição de apenas especialista em educação e atuava como um intelectual de seu período, ao defender princípios do grupo que representava por meio dos editoriais. Laerte Ramos de Carvalho é aqui entendido como intelectual, não só porque se dedicou aos trabalhos acadêmico e jornalístico, mas por ter-se engajado publicamente em defesa do projeto político e educacional de um grupo social, do qual tornou-se porta-voz, por meio da docência na universidade e do trabalho em *OESP*, um dos maiores jornais do país.

O corpus documental e seu tratamento

Esta pesquisa se insere em uma tradição historiográfica que toma a imprensa como fonte primária para pesquisas históricas, possibilitando a análise das políticas, ideologias e sociedades em que tiveram lugar o próprio jornal, os autores das matérias publicadas e os fatos nelas registrados. De acordo com Luca (2006), as reflexões historiográficas da terceira geração dos *Annales* contribuíram para uma mudança estrutural em relação às próprias fronteiras da disciplina, que levaram o historiador a pensar novos problemas, abordagens e objetos no campo epistemológico da história, baseados em aportes analíticos provenientes de outras áreas das Ciências Humanas. Passou-se de um paradigma de análise macroeconômica para os sistemas culturais, levando a uma alteração da própria concepção do que é documento, devido aos estudos das práticas e representações sociais, tributários em grande parte da Antropologia. Neste contexto, o estudo da imprensa como instrumento e objeto de análise tornou-se possível, pois os documentos jornalísticos passaram a ser vistos como registros que expressam as diversas facetas da complexidade da conjuntura sociocultural ao qual pertencem, além de evidências do próprio lugar social da imprensa.

No Brasil, na década de 1970, a lado da história da imprensa e por meio da imprensa o documento jornalístico passou a ser considerado fonte primária, objeto de pesquisa histórica. Foi neste contexto que Capelato e Prado desenvolveram o estudo sobre *OESP*, baseadas nas análises dos editoriais de 1927 a 1937. Conforme afirmaram as autoras:

A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO & PRADO, 1980, p.19).

De acordo com Capelato (1994), há a necessidade de entendermos o jornal sob os aspectos público e privado, isto é, como serviço de transparência pública e como mercadoria, e como um veículo de comunicação que não representa a “verdade da época”, mas uma fonte que deve ser investigada levantando-se questões fundamentais, como a identidade dos proprietários, o perfil do leitor, os objetivos da empresa e os recursos que usa para que eles sejam atingidos.

O Estado de S. Paulo, jornal de propriedade da família Mesquita, teve Júlio de Mesquita Filho como diretor no período dos editoriais de Ramos de Carvalho. Fora ele quem convidara o jovem licenciado pela FFCL-USP a tornar-se porta voz do jornal sobre os assuntos educacionais a partir de 1947. Desta forma, Mesquita Filho garantiria que os princípios educacionais defendidos pelo jornal há muitas décadas fossem atualizados conforme as necessidades dos novos embates políticos e ideológicos em torno da educação. Com a reorganização da empresa em moldes dos modernos complexos jornalísticos norte-americanos, os editoriais tornaram-se os refúgios da opinião em detrimento da notícia e informação, sendo em *OESP* escritos por um tipo de “jornalista intelectual”, como nos tempos anteriores. Os editoriais de educação apresentavam-se na seção “Notas e Informações”, na prestigiada página três, espaço considerado nobre, demonstrando a preocupação em dar destaque aos escritos políticos e de manter sua tradição de periódico opinativo (BONTEMPI Jr., 2006).

A utilização dos editoriais como fontes primárias da pesquisa se justifica, portanto, por sua importância como registro de embates políticos e ideológicos relacionados aos rumos da educação nacional. Da mesma forma, são registros que informam o posicionamento do grupo editorial do matutino, possibilitando o esquadramento de seus princípios em relação à educação e da forma como tentaram influenciar a opinião pública para fazer valer seus ideais em instituições educacionais, como a USP, ou em instituições políticas, como por exemplo, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ramos de Carvalho, sendo ao mesmo tempo porta-voz do jornal e docente da USP, constituiu uma personagem importante pela ligação que fez entre os ideais que defendia no diário e os embates internos e externos à USP, que travou, como docente, com outros grupos quanto aos rumos da instituição. Seus editoriais devem ser considerados como registros dos acontecimentos pertinentes ao desenvolvimento das políticas educacionais relacionados ao ensino superior, assim como um instrumento de ressonância dos princípios educacionais e modelo de universidade defendidos por Ramos de Carvalho e *OESP*. O intelectual emprestava ao jornal sua autoridade acadêmica ao escrever sobre os assuntos educacionais, enquanto ele funcionava como sua tribuna na esfera pública. (BONTEMPI Jr., 2001).

Para a análise dos editoriais, desenvolveu-se o seguinte modelo de ficha:

<u>Nº da Caixa:</u>	<u>Palavras-chave:</u>
<u>Data:</u>	
<u>Título:</u>	
<u>Assunto primário:</u> (Resumo, citações, comentários)	
<u>Assunto secundário:</u> (Resumo, citações, comentários)	
<u>Documento de referência:</u> (outros documentos citados no editorial, ou editoriais relacionados)	

A ficha permitiu comparar os editoriais e construir uma visão cronológica de assuntos diversas vezes tratados, além de agrupá-los tematicamente.

Com as anotações dos documentos de referência, identificaram-se quais eram os documentos externos que dialogam com o editorial, por exemplo, decretos-lei, assim como apreender sequências mais ou menos longas de tratamento de determinadas questões que tomaram o cenário político e educacional do momento. Por meio delas, foi possível verificar que o jornal conseguia motivar discursos de políticos, mudanças e reavaliações de projetos, polemizar em relação a princípios educacionais e debater sobre conflitos de poder, pois fica evidente um processo de desencadeamento de ações que envolvem as publicações dos editoriais e os acontecimentos no cenário político e educacional, como será detalhado adiante. Em outros momentos, é possível rastrear como, apesar das campanhas feitas pelo jornal por meio dos editoriais, seu projeto sobre determinada questão não ganha relevância no debate público e não se efetiva, demonstrando, por contraste, as outras forças de opinião pública e grupos que debatiam as diretrizes do ensino superior.

Este dispositivo de relacionar os editoriais entre si e perceber a existência de sequências sobre determinados assuntos demonstra a condição material do próprio documento e deve ser levado em conta na pesquisa de fontes jornalísticas (LUCA, 2006, p.132). Por ser um registro momentâneo, que por natureza não é organicamente um

produto que se presta à longa durabilidade tanto materialmente quanto na relação com o leitor, o jornal tem que dispor de estratégias para afirmar sua posição política e ideológica constantemente, para assim formar a opinião pública. Desta forma, compreendemos porque o editorialista repete de forma mais assídua alguns assuntos e seus princípios sobre eles, reproduzindo e reafirmando os argumentos de defesa e crítica. Notou-se que alguns assuntos, por serem mais pontuais, apareceram esporadicamente e isoladamente, enquanto outros foram repetidamente abordados, pois acompanharam embates políticos ou fizeram parte de elementos essenciais da política educacional do periódico.

Portanto, por meio desta ferramenta foi viável acompanhar os embates políticos diante dos quais o jornal se posicionou e se engajou em relação às questões que envolveram o ensino superior, em especial, à Universidade de São Paulo, identificando seus principais interlocutores e assuntos, e, ao mesmo tempo, verificar o movimento do próprio jornal, de avançar ou parar de discutir uma determinada questão, indicando um mecanismo orgânico do próprio funcionamento dos editoriais, que oscilam de longas sequências de discussão sobre determinado assunto, ao tratamento de questões pontuais não retomadas adiante, ou mesmo a finalização das questões por movimentos e ações que extrapolam o alcance do jornal.

Com as palavras-chave foi possível identificar os assuntos mais recorrentes e criar agrupamentos temáticos, com os quais foi possível identificar os principais assuntos abordados por Ramos de Carvalho durante o período, ou seja, os assuntos mais frequentes e de maior relevância dentro do projeto que defendia. Nos campos "assunto primário" e "assunto secundário", além de classificar a ordem de importância dos assuntos tratados e delimitar o assunto principal do editorial, foi possível registrar as partes mais significativas de seu conteúdo, fazer citações, relacionar com a bibliografia por meio de comentários, criar argumentações e pautar observações. Não foram selecionados para análise os editoriais que abordam de forma secundária temas relacionados ao ensino superior. Portanto, o critério preliminar de documentação e análise foi que o editorial abordasse questões do ensino superior como assunto primário.

Além do *corpus* documental composto pelos editoriais, a pesquisa contou com outras fontes primárias complementares, tais como os anuários da Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras da USP, estatutos da USP, atas do Conselho Universitário, guia e histórico da FFCL, relatórios da FFCL e USP, projetos, leis, decretos federais e estaduais. Apoiam as análises, as bibliografias sobre o ensino superior no Brasil, sobre a história da Universidade de São Paulo, sobre Laerte Ramos de Carvalho e sobre *O Estado de S. Paulo*.

Problematização

A cada movimento da realidade de seu tempo, Laerte Ramos de Carvalho lidou na qualidade de editorialista com o confronto entre os princípios políticos e educacionais que defendia e as questões políticas e de disputas de poder pelas quais passava o ensino superior, tanto em âmbito nacional e como no estado de São Paulo, e mais especificamente, na Universidade de São Paulo. Os editoriais são entendidos nesta pesquisa como locais privilegiados em que, como representante e porta-voz dos ideais educacionais de *OESP*, Ramos de Carvalho opinou, debateu, engajou-se politicamente e tentou influenciar a opinião pública em relação às questões que envolveram o ensino superior.

As colunas da seção "Notas e informações" expressam o teor das disputas e debates em curso sobre as mais diversas medidas, projetos e leis que marcaram a história do ensino superior brasileiro. Por serem textos de caráter e impacto cotidianos, que propõem a discussão dos acontecimentos da última hora à luz dos princípios do jornal, os editoriais dão ao historiador a possibilidade de enxergar com lentes mais próximas os detalhes dos movimentos dos debates das questões em disputa, os argumentos trabalhados a cada mudança, além de identificar seus principais interlocutores e as maneiras pelas quais o editorialista agiu e defendeu seus ideais no decorrer do período analisado.

Partindo do conhecimento do projeto político educacional e da concepção de universidade que o jornal patrocinou e levou a cabo por meio da fundação da USP e da atuação de Ramos de Carvalho como editorialista durante os anos de 1947 a 1964, delimitou-se o problema central da pesquisa: de que forma Ramos de Carvalho, por meio dos editoriais, defendeu e contrapôs os princípios educacionais de *O Estado de S. Paulo* aos fatos que marcaram a história da Universidade de São Paulo, mais

especificamente com relação à regulamentação da carreira docente e à construção da Cidade Universitária?

Pretendeu-se, assim, recriar o ambiente das principais discussões sobre a carreira docente na USP e a criação de sua Cidade Universitária, tentando identificar quais eram as questões mais relevantes para o jornal, quais eram os seus principais interlocutores e quais foram as principais posições assumidas nos editoriais. Procedeu-se, para tanto, à leitura, ao fichamento, à organização e à análise dos editoriais sobre esses assuntos a fim de identificar e compreender, de forma diacrônica e relacional, as principais questões que o levaram a travar uma luta intensa pela mobilização da opinião pública por meio do matutino, utilizando-o como tribuna para a defesa de seus ideais sobre o ensino superior.

No primeiro capítulo, “Laerte Ramos de Carvalho e suas relações com a USP e *O Estado de S. Paulo*” foram expostos os princípios norteadores do projeto político pedagógico do jornal, os pontos de interseção entre estes princípios e o pensamento e a atuação de Ramos de Carvalho como editorialista e docente da USP, o conceito de intelectual usado para a análise de seu trabalho como editorialista, assim como a apresentação do cotidiano de sua produção para o jornal. O conceito de projeto político pedagógico, emprestado da obra de Capelato (1988), será utilizado como conceito-chave para a compreensão do conjunto de princípios que compuseram a ideologia liberal do “grupo *do Estado*” em relação à educação como instrumento político. Ele contempla duas dimensões, a política e a educativa, e representa a expressão de um projeto que trata as questões que envolvem a educação sem perder de vista a missão, a função e os objetivos que esta educação tem dentro do âmbito do plano político. O conceito de projeto político pedagógico exprime os princípios que estavam em jogo nas disputas em que Ramos de Carvalho se engajou.

No segundo capítulo, “A USP nos editoriais: os princípios educacionais de *O Estado de S. Paulo* em disputa”, foram analisados os assuntos da carreira docente e da Cidade Universitária por meio dos editoriais. No item sobre a carreira docente universitária foi exposto o quanto a sua regulamentação era fundamental para que a tradição científica criada pelos mestres estrangeiros e apreendida pelos assistentes fosse preservada a partir do final da década de 1940, momento de abertura dos concursos para as cátedras da FFCL. No item Cidade Universitária, foram explicitados como o projeto

inicial do *campus*, que guardava em si a ideia da manutenção da FFCL como centro integrador da universidade, teve diversas mudanças e resistências, configurando objeto de disputa entre diferentes grupos. Com estas análises, foi possível compreender como esses temas eram caros ao jornal, uma vez que eram entendidos como alicerces para a manutenção segura dos princípios educacionais que nortearam os fundadores da Universidade, em frente das disputas e mudanças que o próprio desenvolvimento da universidade impôs ao longo do período.

1 LAERTE RAMOS DE CARVALHO E SUAS RELAÇÕES COM A USP E O ESTADO DE SÃO PAULO

Foram os ideais dos fundadores da Universidade de São Paulo, e particularmente de Júlio de Mesquita Filho, que atraíram o jovem professor de filosofia para o campo do jornalismo educacional

Laerte Ramos de Carvalho, 1965

Após cinco anos de censura varguista, em 1945 *OESP* voltou às mãos de Júlio de Mesquita Filho, que promoveu sua reestruturação administrativa e técnica, além da renovação dos quadros de colaboradores. Essas mudanças seguiam as transformações ocorridas na imprensa brasileira em meados do século XX, momento em que “aos poucos delineava-se a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia ideias e valores” (LUCA, 2008, p.152). A renovação de *OESP* coincidiu com a retomada dos discursos educacionais, prestigiados desde o Império, que foram publicados nos editoriais da página três, “bastião da opinião de caráter liberal do jornal” (BONTEMPI Jr., 2006), já que as outras páginas eram destinadas a reportagens e à publicidade. A seção “Notas e Informações” representava a voz do “grupo do *Estado*” e projetava-se vigorosamente sobre a opinião pública, já que o jornal sempre esteve entre o primeiro e o segundo lugar entre os diários mais lidos no país durante a primeira metade do século XX (BONTEMPI Jr., 2006, p.125), e na década de 1930 havia apresentado circulação diária em torno de 110.000 exemplares (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 23).

De acordo com Capelato e Prado (1980, p.91), “o modelo político defendido pelo periódico e considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia”. Em relação à opinião pública as autoras afirmam que este conceito era manipulado pelo jornal para validar as suas ideias veiculadas nos editoriais. O jornal postulava-se como intérprete da opinião pública nacional e assim justificava as posições assumidas como ditadas pela vontade popular, porém, isto era feito para reforçar e justificar sua posição diante da política do momento. A opinião pública era concebida pelo jornal como algo passível de criação,

preparação, manipulação e sedução (CAPELATO & PRADO, 1980, p.94-95). Era imprescindível ao jornal que ele cumprisse seu princípio de orientar a opinião pública, de forma que ela estivesse preparada para as escolhas corretas em direção à sociedade liberal democrática idealizada. Esta concepção de tutoria presente no cerne ideológico do periódico irá se propagar durante todo o período analisado neste trabalho, já que o editorialista esteve em posição de defensor da “vontade coletiva”, dos “legítimos interesses da educação” e dos “princípios democráticos”, alertando o leitor sobre os abusos do poder e as arbitrariedades dos “governos autoritários” e das decisões tomadas sem devido “cuidado e análise do assunto”. A voz do jornal era oposicionista, e durante os anos das décadas de 1940 a 1960, também conservadora, no sentido de manter os princípios proclamados pelo jornal nas décadas anteriores.

Esta concepção de opinião pública propalada pelo jornal segundo as autoras vai ao encontro da formulação do conceito de agendamento⁴, explorado por Antonio Hohlfeld (1997, p.42-51). De acordo com o autor, a hipótese do agendamento de questões e informações pela mídia junto ao receptor tem por pressupostos o fluxo contínuo de informações a médio e longo prazos e, apesar da mídia não ser capaz de impor ao receptor *o que* ele deve pensar, ela é capaz de influenciar *sobre o que* se deve pensar ou falar. O fluxo contínuo de informação cria o que se denominou de *efeito de enciclopédia* sobre o receptor, que acaba, consciente ou inconscientemente, guardando na memória essas informações e as utilizando quando necessário. Junto a esse efeito, que se potencializa a médio e longo prazos, o público termina por incluir em sua “agenda pessoal” as preocupações deflagradas pela mídia, o que demonstra sua influência no agendamento da reflexão de questões pela via dos meios de comunicação.

Portanto, dependendo da mídia, sofremos sua influência, não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda (HOHLFELDT, 1997, p.45).

Conforme o autor, apesar desse modelo de análise ter-se formado a partir do paradigma jornalístico norte-americano, ele pode ser aplicado ao jornalismo brasileiro, já que este se espelhou no primeiro desde a década de 1950. Se pensarmos

⁴ De acordo com o artigo de Hohlfeldt, a hipótese do agendamento que a mídia realiza junto ao receptor, no Brasil conhecida como *agenda-setting*, foi formulada durante o final da década de 1960 pelos professores Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw.

especificamente no caso dos editoriais de *OESP*, podemos compreender que, após a reestruturação da empresa aos moldes comerciais apontados por Luca, os editoriais são por excelência o espaço de agendamento de questões consideradas fundamentais pelo periódico, como é o caso da educação. Por meio das colunas da página 3, Ramos de Carvalho teria agendado o debate de questões pertinentes às políticas e à organização do ensino superior e da Universidade de São Paulo. Suas estratégias passavam pelo fluxo contínuo dessas questões nos editoriais, pela repetição de determinados assuntos que acabam sendo, ao mesmo tempo, uma demanda do intelectual/jornal, mas também dos seus receptores, apontados como os principais interlocutores dos editoriais, uma vez que existe uma relação entre “a agenda da mídia e a do receptor, mas também a agenda do receptor pode e acaba influenciando a agenda da mídia” (HOHLFELDT, 1997, p.47).

Para que o objetivo de defender e manter os princípios liberais do periódico em relação à educação fosse realizado no contexto democrático, Júlio de Mesquita Filho contratou Ramos de Carvalho, ex-aluno da FFCL da USP, seguidor da ideologia dos fundadores dessa instituição e, portanto, do próprio jornal, para tratar das questões educacionais. Por meio de *OESP*, Ramos de Carvalho personificou a figura do intelectual que atuou, não só compondo os quadros de docentes de escolas e de universidades, mas orientando e mobilizando a opinião pública como arma de disputa política em torno dos rumos educacionais da nação, disputa que sempre esteve presente no jornal e que tem sua continuidade nos escritos de Ramos de Carvalho durante o período analisado. Concomitantemente, os editoriais foram locais onde as demandas dos leitores e interlocutores apareceram e levaram ao debate de questões pertinentes.

1.1 O projeto político pedagógico do jornal

Conforme apontou Capelato (1988), o jornal *O Estado de S. Paulo* era integrante de um conjunto da imprensa paulista que compôs os setores liberais, e defendeu, por meio de sua mídia, um agrupamento de princípios que compuseram o projeto político-pedagógico renovador durante os anos de 1920 a 1945. De acordo com esses princípios,

A formação da “consciência nacional” constituía o elemento fundante do projeto político pedagógico idealizado pelos reformadores liberais, que

criticaram no sistema educacional brasileiro a falta de organização, de planejamento, de coordenação e de eficiência. Mas se tais falhas acarretaram consequências nefastas para a sociedade, as “elites bem pensantes”, impregnadas pelo espírito científico, estariam capacitadas a corrigir os erros dessa “educação retrógrada”. Aí estava o ponto de partida para reorganizar a sociedade (CAPELATO, 1988, p.146).

A formação da “consciência nacional”, ponto chave para a reorganização da sociedade brasileira, passaria pela compreensão dos problemas pelos quais esta passava ao longo dos anos de 1920. Para que houvesse essa compreensão, os liberais paulistas acreditavam no poder de transformação da educação, que por sua vez teria que passar de um estágio deficitário, que aos olhos de Júlio de Mesquita sofria da falta de um sistema de ideias, de princípios e um ideal, para uma etapa na qual uma nova elite pensante, criada sob o rigor do pensamento científico, técnico e metodológico, afastaria do comando da sociedade os elementos da mentalidade tradicional e tornar-se-iam membros da classe dirigente, levando a nação rumo ao progresso. Essas elites então teriam por objetivo administrar o país e formar a “consciência nacional” (CAPELATO, 1988, p.145).

Segundo a autora (1988, p.141), os liberais paulistas tinham o paradigma organicista de Spencer como chave interpretativa da sociedade, pois acreditavam que era preciso conhecer os princípios organizativos de cada etapa ou fase de crescimento para regular a marcha da sociedade em direção ao progresso. A necessidade desse conhecimento era a base do projeto político-pedagógico, já que ter e difundir a “consciência nacional”, isto é, a consciência dos problemas fundamentais da nação para a marcha ao progresso, implicava diretamente na criação de medidas políticas e reformas educacionais que levassem à reconstrução da sociedade.

A aposta desse setor liberal era a criação de uma elite de mentalidade moderna, que compreendesse a complexidade da sociedade da época por meio de uma análise científica social, e a partir dessa compreensão criasse o plano reformador na cultura e na educação contra a mentalidade bacharelesca (CAPELATO, 1988, p.142). Dessa forma, “não é por acaso que no projeto de universidade elaborado pelos reformadores liberais a Faculdade de Filosofia ocupava lugar de destaque: nela se formariam os cientistas sociais responsáveis pelo equilíbrio do organismo social” (CAPELATO, 1988, p.146). A universidade despontava nesse projeto político pedagógico como peça essencial para a construção da “consciência nacional” e das elites pensantes. Em especial, a Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras, local de formação dos cientistas sociais, de homens especializados na interpretação dos problemas sociais nos métodos científicos. Essa compreensão tem relação direta com o projeto de criação da USP e de seus objetivos.

As raízes dos princípios educacionais que foram defendidos por Ramos de Carvalho durante sua atuação como editorialista do matutino estão ligadas ao projeto desenvolvido pelo núcleo pensante do jornal, tanto em relação à educação, quanto às diretrizes políticas da nação durante as disputas políticas da Comunhão paulista nas décadas de 1920 e 1930, dentro desse contexto de desejo de reforma da sociedade⁵.

A Comunhão paulista foi um grupo político e ideológico suprapartidário que continha membros do antigo Partido Republicano Paulista e do novo Partido Democrático no período da crise da República Velha. Esse grupo tinha como princípio a ideia de que São Paulo deveria ser o carro chefe da nação, amparado na concepção de que esse estado, sendo o mais apto naturalmente à vida moderna, urbana e industrial, deveria liderar a “regeneração política da sociedade brasileira”, rumo à sociedade democrática. Os paulistas, homens civilizados, teriam a missão de guiar o país, levando a civilização aos outros estados (CARDOSO, 1982, p.39-40). Tinha em seu núcleo idealizador um número seleto de homens que atuavam no jornal *O Estado de S. Paulo* como formadores de opinião e que o utilizavam para defender e fazer circular suas posições políticas - os homens do “grupo do *Estado*” - pelo qual passaram, entre outros, Julio Mesquita, Francisco Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Nestor Rangel Pestana, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte. Conforme afirmou Cardoso (1982, p.41),

O ‘grupo do Estado’ considera-se a Comunhão paulista.[...] A Comunhão paulista não se identifica com o Estado de São Paulo (Estado da Federação), mas é a representação ideológica que o ‘grupo do Estado’ faz de si mesmo”, já que fora ele que durante a ‘crise das oligarquias’ da República Velha não perdera a visão política de construção da nação democrática.

Para que o objetivo de regeneração nacional fosse atingido, a Comunhão paulista dispensou à educação caráter especial na criação das elites dirigentes que liderariam esse processo e utilizou o jornal como instrumento de difusão desse princípio.

⁵ Cabe a ressalva que Ramos de Carvalho, apesar de compartilhar dos princípios defendidos pelo *OESP* acerca do ensino superior, não compartilhava de sua linha de pensamento original positivista. O que o fizera atualizar estes princípios durante sua atuação como editorialista teria sido sua crença no projeto da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, de acordo com o depoimento de Maria de Lourdes Chagas de Carvalho e do próprio Ramos de Carvalho, em seu discurso de posse como reitor da Universidade de Brasília.

Conforme afirmou Bontempi Jr. (2002b, p.26), o imperativo de ‘educar o povo’, tema caro ao jornal que marcara o início da década de 1920, deixa de ser o foco das discussões, que passou a ser a formação das elites devido à repercussão do artigo *A crise nacional* (1925) de Júlio de Mesquita. Nele, defendeu-se pela primeira vez a criação de uma universidade em São Paulo, “afirmando ser um dos fatores determinantes do caos político do país naquele início de década a ausência de uma elite intelectual capaz de compreender os problemas nacionais e de dar a eles solução adequada”.

Dando sequência a preocupações levantadas por Mesquita Filho e demonstrando o poder de articulação do *OESP* em seu envolvimento com questões de política educacional, foi feito o *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo de 1926*, encomendado por Júlio de Mesquita Filho e organizado por Fernando de Azevedo. Esse inquérito fortaleceu as bases da política educacional do grupo, que culminou na “campanha pela Universidade” durante o final da década de 1920 e início de 1930, e na própria fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, auge da ação da Comunhão no projeto de construção das elites dirigentes. De acordo com Cardoso (1982, p.46):

Cabia, portanto, a esse “grupo” orientar a política educacional. Esta deveria ter como principal objetivo criar a Universidade, onde mais propriamente se poderia aprimorar e desenvolver aquela qualificação indispensável à elite dirigente, a ilustração, ou seja, a “visão política” dos interesses coletivos.

A concepção de educação voltada à formação da elite ilustrada para a condução da nação está diretamente ligada a uma forma específica de liberalismo, que concebia uma sociedade democrática liderada por um grupo que tenha se destacado pelo mérito acadêmico e que, por conhecimento da alta cultura, sabia distinguir quais são os verdadeiros interesses da coletividade para a criação e preservação da democracia. A elite defendida pelo “grupo do *Estado*” não se distinguia por ser financeira ou social, mas sim intelectual, ancorada nos méritos naturais e nas vocações dos indivíduos, independentemente de sua situação social ou econômica (CARDOSO, 1982, p.30-31).

Conforme apontou Sylvia Garcia (2002, p.40-41), a crença na ilustração, no poder de discernimento derivado do conhecimento, constituía um princípio do “grupo do *Estado*”, que acreditava na ciência como um caminho para a salvação do estado e do país. Esta ótica moderna e liberal apregoada pelo periódico apostava na administração científica da esfera pública contra o governo retrógrado das oligarquias:

A ciência e a técnica surgiam, pelas vozes da oposição, como os instrumentos essenciais para a implantação da civilização moderna no estado de São Paulo, de modo a destacá-lo tanto no contexto nacional quanto no continental, marcados, ambos, pelo “atraso” civilizatório, tido por fator responsável por sua condição subalterna no cenário internacional. (GARCIA, 2002, p.42)

A Universidade de São Paulo seria, no projeto do grupo, o local de formação desta elite intelectual e centro científico que organizaria a cultura e a tornaria moderna e civilizada. Por isso, o grupo desencadeou por meio do jornal a “campanha pela universidade”, que teve um apelo especial após a Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar de já existir durante o final dos anos da década de 1920, a campanha ganhara fôlego após a derrota da insurreição paulista contra o governo de Vargas, pois o “*grupo do Estado*” apostou na solução dos seus projetos políticos pela via da educação e do ensino (GARCIA, 2002, p.43).

Em relação à implantação do projeto da universidade, afirmou Cardoso (1982, p.63):

[...] a criação da Universidade de São Paulo é muito menos o produto de um ‘movimento educacional renovador’, ou o produto de uma sucessão de iniciativas educacionais, do que efetivamente o produto de um projeto político e ideológico, que tem a sua especificidade e que para ser implantado vai depender de uma possibilidade política e ideológica.

Como o projeto político relacionado à universidade já estava delineado, a possibilidade de sua efetivação surgiu com a nomeação, para a interventoria do estado de São Paulo, de Armando de Salles Oliveira, presidente de *OESP* e membro do “grupo do *Estado*”. Com Salles Oliveira no poder, foi possível que o projeto da universidade saísse do papel e fosse concretizado. Com esta ação, a Comunhão paulista realizara um de seus principais objetivos políticos, pois a instituição garantiria no futuro que a elite intelectual, os herdeiros dos princípios do “*grupo do Estado*”, estivesse preparada para assumir o poder e dar continuidade à política liberal iniciada em 1933 (CARDOSO, 1982).

“O controle da Universidade e a possibilidade da formação e reprodução ideológica de uma elite dirigente, com uma dada concepção de mundo, apresenta-se como um meio de conquista ou de conservação do poder” (CARDOSO, 1982, p.59). Ou seja, o “grupo do *Estado*” acreditava no poder de criação da elite intelectual pela universidade, que garantiria a conquista de hegemonia no poder político. Em sua concepção, os intelectualmente mais bem preparados seriam os melhores condutores da

nação e, na eleição democrática, a massa, ciente dessa superioridade, os escolheriam para que representassem no poder os interesses da sociedade, já que essa elite defenderia o bem comum. O “grupo do *Estado*”, compreendendo-se como norteador do projeto hegemônico da Comunhão paulista, entendia a universidade como ponto estratégico para a consolidação do seu projeto de condução da regeneração política e cultural da nação (CARDOSO, 1982, p.53), e mais, como o lugar de manutenção dessa conquista política ao longo do tempo.

A Universidade de São Paulo foi criada em 25 de janeiro de 1934 pelo interventor como a primeira universidade nas bases do Estatuto das Universidades Brasileiras (EUB) de 1931. Unindo as faculdades profissionais liberais e institutos de pesquisa já existentes em São Paulo, o projeto da USP criou a inédita Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa faculdade tinha, dentro do plano político-pedagógico dos fundadores da universidade, papel primordial para a conquista dos objetivos da formação das classes dirigentes e da democracia. De acordo com Piletti (1990, p. 56), a FFCL não era local de formação profissionalizante, mas de formação de uma “alta cultura”, dos “estudos desinteressados”, isto é, não profissionais, além de ser o “suporte da integração universitária, base e cúpula da universidade”, centro da criação do “espírito universitário”. Esse conjunto de princípios está relacionado à ideia da criação de um centro no qual todos os alunos das faculdades profissionais pudessem frequentar cursos básicos de cultura geral e desinteressada, entrar em contato com o “espírito universitário” que existiria na FFCL, local onde os estudantes adquiririam a “consciência nacional” e edificariam na convivência entre si o princípio da universalidade de conhecimentos (ANTUNHA, 1974).

Além de a FFCL ser o núcleo unificador da universidade nela se depositava a criação da elite que lideraria a renovação cultural necessária à regeneração política. De acordo com o Anuário da FFCL de 1934 e 1935 (UNIVERSIDADE..., 1937, p.18):

A esse papel de imensa projeção no cenário nacional, é que se reserva o futuro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Será a retorta miraculosa em que se operará a transformação. Dos seus anfiteatros, dos seus gabinetes, dos seus laboratórios, das suas salas de conferência, é que sairão as gerações destinadas à renovação cultural e a colocar bem alto o Brasil no círculo dos povos civilizados.

No projeto dos idealizadores da USP, a FFCL seria o local de formação dos professores secundários, mas principalmente da formação do especialista para o

desenvolvimento de pesquisas “desinteressadas”, de “pesquisa pura”, não aplicável imediatamente, ao contrário dos conhecimentos voltados para as áreas de formação profissional. Desta forma, estaria garantida a criação da “alta cultura” brasileira e a “consciência nacional”, gerada pelos pesquisadores das “ciências puras” e que seria levada ao resto da população através dos professores secundaristas, das conferências e dos cursos de extensão universitária.

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras representou para o projeto do jornal a alma e a especificidade de um modelo de universidade. Diferentemente de outras universidades que surgiram antes da USP, como a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920 e a Universidade de Minas Gerais (UMG), em 1927, a USP não foi apenas a junção das faculdades pré-existente de caráter profissional (CUNHA, 1980), mas foi isso somado à criação do núcleo organizador do “espírito universitário”, a “alma mater” da universidade, a FFCL. Esse modelo paulista de universidade tinha sua razão de ser dentro do projeto político pedagógico desenvolvido no ceio da Comunhão paulista e levado a cabo pelos idealizadores da USP. A FFCL, portanto, é o ponto distintivo e capital do projeto universitário do “grupo do *Estado*”. Essa questão foi a que cativara Ramos de Carvalho para o trabalho de editorialista, e permanecera como o baluarte dos discursos sobre a universidade no jornal durante o período de sua contribuição.

Mesmo que a demanda pela criação de uma universidade não tenha sido uma idiossincrasia do “grupo do *Estado*”, dado que as discussões sobre a necessidade de uma universidade brasileira abrangeram outros sujeitos e grupos políticos e ideológicos, como a Associação Brasileira de Educação, a Academia Brasileira de Ciências, que teceram críticas ao modo utilitário do ensino superior da época e defenderam a criação de faculdades de “ciências puras” e de formação da “alta cultura”, assim como o próprio movimento que levou a criação da Universidade do Rio de Janeiro e o projeto de reforma do Ensino Superior de Francisco Campos (FÁVERO, 2000, p.34-40), o modelo de universidade da USP tinha por mérito ter sido o primeiro a ser implementado com o seu núcleo organizador baseado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tida como a primeira variante bem sucedida do padrão federal instituído no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, a USP formou-se de maneira diferenciada da Universidade do Rio de Janeiro, mesmo após sua reestruturação com a Reforma

Campos. Em relação à instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras na URJ, Fávero (2000, p.44) afirma:

Sobre essa Faculdade, a Reforma de 1931 é rica em pormenores a respeito de seu papel na Universidade; todavia [...] ela não é instalada pelo Governo. [...] veremos ainda que esta Faculdade, ao contrário do que vai ocorrer três anos depois, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, não se reserva o caráter de instituição integradora das diferentes unidades universitárias, uma vez que sua existência não era obrigatória, conforme dispunha o Estatuto das Universidades Brasileiras. Apesar de ter sido elaborado um anteprojeto por uma comissão especial da URJ [...] essa Faculdade só vai existir, no plano federal, em 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia.

Ou seja, diferentemente da Universidade de Minas Gerais, que não possuía em seu projeto de criação uma FFCL, e da Universidade do Rio de Janeiro, que somente veio a ter a Faculdade de Filosofia em 1939, já após a reforma que a instituiu como o modelo federal de universidade do Governo Vargas e a renomeou para Universidade do Brasil, a USP foi a primeira a ter em seu projeto e a instalar uma FFCL, o que torna evidente o quanto essa faculdade teve papel central na concepção da universidade, e como ela está relacionada diretamente à missão da USP dentro do projeto político pedagógico de seus fundadores. Como apontou Fávero, na USP, a FFCL tinha a função integradora das unidades pré-existentes e, além disso, a função de criar o “espírito universitário”, sentimento que uniria a elite pensante em um conjunto de princípios científicos e morais, que levariam a efeito o projeto de regeneração nacional dos liberais paulistas. Segundo as palavras de Fernando de Azevedo (apud UNIVERSIDADE... , 1985, p.23),

A originalidade desse sistema criado em 25 de janeiro de 1934, de acordo com o decreto federal, que então entrou realmente em execução, foi não somente a incorporação, no organismo universitário, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passou a constituir a medula do sistema, como também a preocupação dominante da pesquisa científica e dos estudos desinteressados, dentro aliás do espírito da lei federal que regulou as universidades brasileiras. O Governo Provisório da República instituiu em 1931 o regime universitário, mas foi São Paulo que tomou em 1934 a iniciativa de executá-lo em sua plenitude.

A escolha por professores estrangeiros como os primeiros a ocuparem as cadeiras da recém-criada FFCL teve igualmente profunda relação com o que os administradores e idealizadores da USP entenderam por sua função política e científica, e explica a preocupação de Azevedo. A criação das cadeiras da FFCL-USP seguiu uma ordenação que condizia com as expectativas educacionais e políticas dos seus

fundadores, e que não era a mesma das outras unidades da universidade. Uma das medidas tomadas foi a contratação de professores estrangeiros para suas cátedras, medida que constituiu o caráter de exceção da formação da FFCL, pois não houve abertura de concursos (ANTUNHA, 1974, p.45-46). De fato, desde o princípio, os criadores da FFCL consideraram o cargo de catedrático um ponto estratégico didaticamente, razão pela qual deram preferência aos professores estrangeiros (franceses, italianos e alemães), já que por esses se garantiria a renovação dos estudos e pesquisas no país. Aos franceses, especificamente, foram garantidas as cadeiras de humanidades, aquelas que se acreditava serem responsáveis pela formação moral. Além disso,

[...] a influência dos franceses, no sentido da institucionalização de um modelo de trabalho que se afirma contrariando a tradição local, tornou-se um dos aspectos mais importantes da história dessa instituição, contribuindo para definir a especificidade da experiência uspiana em âmbito nacional pelo tipo de influência que exerceu na formação de seus primeiros herdeiros e, particularmente, no modo de conceber a especificidade dos padrões acadêmicos de produção e transmissão do conhecimento (GARCIA, 2002, p.72).

A vinda das missões estrangeiras tinha por objetivo municiar com a “alta cultura” e com métodos científicos os docentes nacionais que seriam formados, e desta forma, despontava a figura dos professores assistentes dos estrangeiros como elementos centrais para a continuidade desse saber e sua propagação nos meios acadêmicos nacionais. A ideia central, desde a primeira contratação de professores estrangeiros, foi de trazer esse conhecimento para o Brasil para que os estudantes o aprendessem e formassem, no futuro, os quadros das universidades. O relatório ao Reitor, feito pelo diretor da FFCL Ernesto de Souza Campos, resume bem o que era esperado dos assistentes:

São elementos que devem absorver a experiência e o saber dos mestres.[...] Escolheu para isto mestres de reconhecida competência e vasta experiência no domínio do ensino e da pesquisa original. Estes notáveis mestres não permanecerão por muito tempo em nosso país, salvo talvez algumas exceções. É necessário pois tirar o máximo proveito do seu saber. Deve além disso e principalmente se fixar no preparo de assistentes que possam futuramente continuar, propagar e difundir os ensinamentos colhidos na convivência diária e forçada que tem com os professores. [...] Contratar professores no estrangeiro e não lhes dar assistentes em número regular, é a meu ver, um erro grave. [...] No preparo destes assistentes é que se irão constituir as fontes onde poderão ser recrutados não só os professores, futuros substitutos dos atuais, como ainda técnicos de alto valor para outros setores, da complexa organização do Estado (UNIVERSIDADE..., 1938, p.152-153).

Portanto, os professores estrangeiros garantiriam o ingresso do país no grupo das civilizações ocidentais; os franceses, particularmente, afiançariam os métodos, os conhecimentos e a moral necessários para tanto, através da construção das ciências humanas no país com base em uma “ciência pura” e “desinteressada”, derivada da “alta cultura” e de moral liberal. O sistema se completaria com a absorção desses elementos pelos professores assistentes brasileiros, encarregados de propagá-los e de no futuro substituir seus mestres nas cátedras das universidades. Dessa forma, o projeto liberal de “regeneração política” nacional da Comunhão paulista estaria alicerçado e seria progressivamente implantado pelas mãos dos jovens licenciados, pesquisadores e professores formados pelo “espírito universitário”, pela filosofia liberal e pelos conhecimentos difundidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (MAIA, 2011, p.12).

Laerte Ramos de Carvalho, compartilhando do projeto político pedagógico da Comunhão paulista apregoado pelo jornal durante o período democrático, personificou esse projeto à medida que incorporou a sua trajetória como intelectual os princípios defendidos pelo “grupo do *Estado*”. Ramos de Carvalho defendeu e atualizou os princípios liberais educacionais do matutino tanto como docente da Universidade quanto como editorialista do periódico. Em relação a essa estreita relação entre a USP e *OESP* no debate dos assuntos educacionais pelas mãos de Ramos de Carvalho, Bontempi Jr. (2002b, p.33) afirma:

Parece certo que a ocupação simultânea, por Ramos de Carvalho, de posições importantes nos campos acadêmico e jornalístico, promoveu a preservação e o estreitamento daqueles antigos laços, com os quais *O Estado de S. Paulo* seguiu pautando a discussão em torno dos problemas educacionais do estado e do país.

Portanto, compreender os editoriais é entender que são registros de discursos que transmitem, ao mesmo tempo, os princípios que Ramos de Carvalho defendia como docente, que falava pela USP, e como editorialista do jornal *OESP*. Ramos de Carvalho falava a partir das duas instituições, pois havia uma articulação entre o posicionamento que tomava como docente e jornalista. Segundo Bontempi Jr. (2002b, p.33):

[...] a presença de um intelectual formado na faculdade criada por Júlio de Mesquita Filho nas páginas do jornal dedicadas ao comentário educacional do dia proporcionou que um espaço permanente e de alta repercussão nos meios letrados permanesse aberto à manifestação do pensamento de um grupo de professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ramos de Carvalho, aliás, zelou pela

manutenção desse espaço para seu grupo, tendo indicado para sucedê-lo na tarefa de redigir os editoriais dois de seus mais próximos amigos e ex-alunos: Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Villalobos, levados igualmente pelo catedrático para o cargo de assistente na Cadeira de História e Filosofia da Educação. Durante trinta anos ininterruptos, portanto, somando-se o período de atuação desses três homens em ‘Notas e Informações’, foi da Cadeira de História e Filosofia da Educação da FFCL-USP que se irradiou o pensamento educacional amplificado e transformado em ‘interesse geral’ nas páginas de *O Estado de S. Paulo*.

Ramos de Carvalho, por meio de sua atuação jornalística, reapresentou à esfera pública os princípios relacionados ao projeto educacional dos fundadores da universidade à medida que o próprio crescimento desse nível de ensino impunha novas ações e colocava em xeque as balizas desse projeto. Assim sendo, o intelectual argumentou em defesa do projeto político pedagógico de *OESP* e foi a voz de um grupo da FFCL que compartilhava de seu posicionamento por meio dos editoriais. Ao mesmo tempo em que Ramos de Carvalho agendou o debate sobre o ensino superior pelos editoriais, baseado nos princípios desse projeto liberal de educação, ele usou esse espaço como local de representatividade desse grupo dentro da FFCL e atendeu à demanda de ter um lugar de publicização e um debate extramuros sobre as diretrizes que eram tomadas dentro da Universidade e no ensino superior no país.

1.2 A função de intelectual

Em relação ao conceito de intelectual, conforme Vieira (2008, p.67), é possível “discutir diferentes possibilidades para a escrita da história intelectual e dos intelectuais, a partir da reflexão sobre os significados associados, nos séculos XIX e XX, às palavras *intelligentsia* e *intelectuais*”. Dentre os três conceitos de intelectual por ele abordados, destaca-se a ideia do intelectual como dirigente e organizador da cultura, segundo a definição de Antonio Gramsci. Vieira aponta que o século XIX propiciou condições materiais de organização cultural necessária para que houvesse a formação de uma identidade dos intelectuais como protagonistas públicos. Com a presença de jornais e de revistas em ampla circulação foi possível aos intelectuais disseminar suas ideias e mostrar sua capacidade de atuação organizada sobre questões sociais. Criou-se a ideia de engajamento, de missão, de compromisso civil perante a sociedade pelo surgimento de uma esfera pública de debates, que subsidiava sua presença como protagonistas na vida política.

Em suas considerações sobre a definição de intelectual, Gramsci (2000, p.18) escreveu que “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. De acordo com esta afirmação, ser intelectual não está relacionado apenas à utilização do intelecto pelo sujeito, já que a faculdade de pensar é inerente a todos os seres humanos, mas a sua utilização com uma função social, com propósitos ligados à luta hegemônica entre os grupos e classes sociais. Assim, o que determina a utilização do termo é a função que o sujeito assume na sociedade, de criar, dirigir e organizar a cultura. Os intelectuais são analisados por Gramsci como “agentes políticos determinantes, isto é, como estrategistas responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural”, que não atuam somente no cenário político, mas também na ocupação de “púlpitos socialmente valorizados na imprensa, no Estado, nas instituições de ensino e nos círculos de cultura” (VIEIRA, 2008, p.74-76). Para caracterizar as atividades do intelectual é necessário não cair no erro metodológico de buscar estas características somente em suas atividades, mas sim buscá-las no conjunto de relações no qual estas atividades estão inseridas, nas relações que o intelectual mantém com o grupo político ao qual pertence e nas relações que deste grupo mantém conjunto das relações sociais (GRAMSCI, 2000, p.18).

Por meio dessas definições, podemos considerar Laerte Ramos de Carvalho um intelectual, pois sua trajetória como acadêmico e editorialista permite defini-lo como agente organizador e disseminador de princípios e ideais de uma educação liberal por meio de seu engajamento jornalístico. Ramos de Carvalho posicionava-se a respeito dos assuntos educacionais por meio dos editoriais, acionando seus conhecimentos como especialista do assunto na defesa dos ideais que representam o projeto político pedagógico do “grupo do *Estado*” na esfera pública. Ramos de Carvalho personificou a função do intelectual ao longo de sua atuação no cenário educacional brasileiro, passando inicialmente pelo cargo de professor secundário e universitário, depois pelo de editorialista de um dos jornais mais conceituados do país, chegando ao cargo de diretor de faculdade e de reitor.

A compreensão de que atuando juntamente em diversas esferas como a acadêmica, a jornalística e a política Ramos de Carvalho intervinha em questões de ordens políticas e educacionais que não se restringiam ao espaço apenas da universidade, mas que se expandiam, por meio do jornal, para o debate público. É por

esta razão que os editoriais foram escolhidos como os documentos principais de análise, pois eles foram a “tribuna” de Ramos de Carvalho, em que o intelectual expressou publicamente os princípios que defendia sobre o ensino superior, e que estavam em comunhão com os ideias educacionais do jornal. De acordo com o depoimento de Lourdes Carvalho, “a vida dele era isso, era a universidade e o jornal, porque era a tribuna dele, de defender as ideias dele”(CARVALHO, 2012 [entrevista]).

Ramos de Carvalho participou de um grupo de intelectuais brasileiros que tinha por característica a formação científica universitária. Assim como Florestan Fernandes e Antonio Candido de Mello e Souza, personalidades que também se formaram pela USP e nela atuaram como professores, Ramos de Carvalho fazia parte de um grupo ampliado de intelectuais em São Paulo, que diferenciava-se dos “modernistas” pelo uso da crítica baseada em conhecimento científico e pelo trabalho intelectual como uma profissão (GARCIA, 2002, p.77-80; PONTES, 1998).

Nas décadas de 1940 e 1950, os formados das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocupavam postos privilegiados como críticos da cultura e da sociedade paulistas, tanto na universidade como nos meios de comunicação, seja nos especializados, seja nos grandes jornais e revistas. A geração de Ramos de Carvalho caracterizava-se como um tipo novo de intelectual no cenário brasileiro, o intelectual que formado na universidade, em especial na FFCL, dentro dos moldes da “cultura pura” e da “pesquisa desinteressada”, apregoados pelos fundadores da USP.

Formados metodologicamente pelos mestres franceses da FFCL, docentes como Ramos de Carvalho, Florestan Fernandes e Antonio Candido profissionalizaram a prática do intelectual, pois atuaram em instituições que propiciaram o desenvolvimento de seus pensamentos como um trabalho, como resultado da análise científica da cultura, da educação e da sociedade brasileiras, além de atuarem na esfera pública. A respeito do grupo de intelectuais paulistas *Clima*, formado em 1939 por estudantes uspianos da FFCL, do qual faziam parte Antonio Candido de Mello e Souza, Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, entre outros, Pontes (1998, p.14) afirma:

O fato de atuarem ao mesmo tempo como críticos de cultura, acadêmicos e professores universitários sinaliza o alcance das transformações que estavam ocorrendo ao longo das décadas de 40 e 50 no sistema cultural paulista, decorrentes em larga medida da introdução de novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual. Nesse contexto, fizeram a “ponte” entre a

Faculdade de Filosofia e as instâncias mais amplas de produção e difusão cultural da cidade.

Conforme a observação de Pontes, a experiência da vida universitária de São Paulo gerara o tipo de intelectual acadêmico, que ganhou progressivamente autoridade perante a esfera pública por ser um crítico especialista, formado por métodos científicos que lhes conferia competência profissional mediante o “descompromisso fundamental da crítica independente”, “pautada pelos critérios racionais de busca da verdade que estão na base das competências acadêmicas específicas” (GARCIA, 2002, p.79).

O grupo *Clima*, tido como a primeira expressão pública coletiva das transformações culturais e científicas implantadas na FFCL com os mestres estrangeiros (GARCIA, 2002, p.76), representa o caminho trilhado pela geração à qual esses intelectuais pertenceram. Ao longo dos anos 1940 a 1960, essa geração de intelectuais ocupou centros importantes de crítica e atuação intelectual como a universidade, jornais, revistas e institutos de pesquisa, e por meio deles puderam institucionalizar e consolidar uma nova forma de produção intelectual de conhecimento e atuação política por meio da ciência.

A atuação de Ramos de Carvalho no jornal e na universidade expressa o modo como sua formação universitária perpassou seu pensamento acadêmico e sua ideologia. De acordo com o artigo de Ramos de Carvalho (1969, p.5) feito em homenagem a Júlio de Mesquita Filho por razão de seu falecimento, ele teria encontrado nas palavras de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma da FFCL um novo sentido em sua vida intelectual e profissional, pois entendera que ingressar na FFCL implicava uma opção política e que sua carreira teria uma função elevada além dos limites profissionais - a revolução nacional pela educação com bases na renovação espiritual gerada pelos alunos da faculdade. A partir desse princípio, Laerte guiou sua atuação intelectual, o que fica evidente nas análises dos editoriais por ele escritos, pois salta aos olhos a forma como defendia princípios e ideias correspondentes ao pensamento de Mesquita Filho sobre o problema universitário. A questão de ser formado no curso de Filosofia igualmente explica essa forma de escrita, articulada logicamente aos moldes filosóficos de pensamento e sua fidelidade ao ideal que defendia:

[...] uma importante peculiaridade relacionada à presença de Ramos de Carvalho entre os colaboradores de *OESP*, nessa especialidade historicamente tão cara ao jornal, diz respeito à autoridade que ele empresta,

como intelectual, ao discurso filosófico na análise educacional, discurso cujo rigor e profundidade dão visibilidade pública aos efeitos da empresa de renovação do pensamento brasileiro, realizada pelos professores estrangeiros convidados pelos mentores da USP para lecionarem na FFCL (BONTEMPI Jr., 2002b, p.31)

Portanto, o rigor do pensamento filosófico deu a Ramos de Carvalho autoridade na defesa política e ideológica necessária em sua atuação como editorialista e como acadêmico. Esse entendimento do embasamento filosófico idealista de Laerte Ramos de Carvalho permite compreender a forma como se deu sua atuação intelectual. Sem se esquivar das questões políticas, Ramos de Carvalho permaneceu em sua trajetória sem se filiar a partido algum, nem mesmo ao partido o qual pertencia Júlio de Mesquita Filho, a União Democrática Nacional (CARVALHO, 2012 [entrevista]). Se sua atuação política não foi partidária, no entanto, atuou como produtor e difusor de princípios liberais relacionados à educação. Podemos pensar que, de acordo com as considerações de Norberto Bobbio (1997, p.71-73) sobre os intelectuais e a esfera política, Ramos de Carvalho participava da esfera da cultura sem configurar-se como um utópico, ou seja, um intelectual isolado do mundo da política, mas como um ideólogo, aquele que fornece os princípios-guia para as tomadas de decisões políticas. O ideólogo trava sua luta na esfera das ideias, tenta persuadir por meio da palavra e da escrita e desempenha a função de justificar, de legitimar ações que ocorrem no contexto político de acordo com os princípios defendidos. Conforme afirmou Bobbio (1997, p.82-83),

[...] a tarefa do intelectual é de agitar as ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; [...] A tarefa do criador (ou manipulador) de ideias é a de persuadir ou dissuadir, de encorajar ou desencorajar, de exprimir juízos, de dar conselhos, de fazer propostas, de induzir as pessoas às quais se dirige a adquirirem uma opinião sobre as coisas.

1.2.1 O cotidiano da produção dos editoriais

De acordo com Maria de Lourdes Chagas de Carvalho, Laerte entrara

para o jornalismo através do Júlio Neto, que era aluno dele [...] e ele também tinha muito interesse nessa ideia (da universidade), acompanhava muito, e o Júlio levou-o para conhecer o pai, e foi um encantamento imediato, porque ele sentia falta de uma maneira de expressar e poder defender uma ideia que estava abraçando, que era a da universidade, da criação da universidade, a união das faculdades isoladas [...] então ele estava precisando dessa maneira, um meio para divulgar ideias, e foi imediato o encantamento entre os dois e ele começou também a reescrever notas sobre isso (CARVALHO, 2012 [entrevista]).

A forma como se deu a aproximação de Ramos de Carvalho com Júlio de Mesquita Filho já foi objeto de análise de Mascaro (1975) e Bontempi Jr. (2001), e de exposição do próprio Ramos de Carvalho em seu discurso de posse como Reitor da Universidade de Brasília em 1965. De acordo com os autores, a contratação de Ramos de Carvalho passou pelo conhecimento pessoal dos filhos de Mesquita Filho, mas, sobretudo, por sua postura como professor da FFCL sobre o problema universitário. O que chamara a atenção do diretor de *OESP* foi sua competência argumentativa e em especial, a identidade de suas opiniões com os princípios educacionais do jornal relacionados ao ensino superior. Cabe-nos destacar que o tema que acabou levando Ruy e Júlio Neto, alunos da FFCL e de Ramos de Carvalho em 1944 e 1945, a o indicarem ao pai para o trabalho no jornal foi justamente a confluência de opinião de ambos a respeito dos rumos da universidade, o que fica evidente na fala de Lourdes Carvalho. Portanto, o tema da universidade fora o que levava Ramos de Carvalho ao jornal e à sua relação com Júlio de Mesquita Filho, o que reforça nossa hipótese de que a universidade teve papel central nos discursos de Ramos de Carvalho nos editoriais. Nas palavras do próprio Laerte (apud PILETTI, 1990, p.55)

o que me levou à redação de *O Estado de S. Paulo* era a ideia singular, a ideia de uma universidade estruturada de forma que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pudesse ser efetivamente a escola em que se reunisse todos os cursos básicos da Universidade.

Portanto, foi o ideal de universidade nucleada pela FFCL que o levava ao cargo de editorialista e o motivava a mudar progressivamente seus rumos acadêmicos do campo da filosofia para o da educação.

Em contrapartida, é preciso assinalar que o cargo de editorialista traria “a oportunidade de ocupar uma tribuna pública bem mais visível do que a universidade e de integrar um seleto grupo de formadores de opinião pública” (BONTEMPI Jr., 2006, p.131), oportunidade que teria sido valorizada pelo intelectual. De fato, sua coluna seria um local no qual Ramos de Carvalho uniria a sua voz às vozes dos docentes da FFCL, fazendo com que o espaço fosse uma caixa de ressonância dos interesses de seu grupo na universidade diante da opinião pública.

A necessidade de Júlio de Mesquita Filho de encontrar um “intelectual acadêmico” para rerepresentar o discurso educacional no período de reestruturação do jornal veio ao encontro da vontade de Ramos de Carvalho de expressar seus ideias e

princípios sobre o rumo da universidade. Desta maneira, não podemos entender a contratação de Ramos de Carvalho como uma relação estritamente profissional, na qual o jornalista reproduziria mecanicamente o que lhe era incumbido pelo diretor, mas sim como um encontro de pensadores que tinham a mesma concepção de universidade e de educação, dado que as ideias de Júlio de Mesquita Filho sobre o tema teriam sido essenciais para influenciar os pensamentos e a história de Ramos de Carvalho como intelectual. Ramos de Carvalho usava *OESP* e sua presença pública como tribuna, enquanto ele emprestava ao jornal seu rigor crítico, científico e seu poder argumentativo para reavivar o discurso educacional.

Em relação ao cotidiano da produção dos editoriais, Maria de Lourdes Chagas de Carvalho afirma que Laerte recebia, ao final da semana, recortes de jornais e revistas nacionais e internacionais que versavam sobre educação, enviados por uma agência contratada para este fim. Por meio desses recortes, tomava conhecimento do que ocorria no país e no mundo em relação aos assuntos educacionais e se municiava para escrever os editoriais. Porém, ele não reproduzia simplesmente as notícias enviadas, mas

fazia uma triagem, priorizava os assuntos, organizava e se mantinha sempre informado sobre tudo e alimentava as notas. Mas também, muita gente escrevia diretamente para o Dr. Júlio, e o Dr. Júlio passava para ele o tema que ele deveria abordar, isto ocasionalmente (CARVALHO, 2012 [entrevista]).

Aos sábados pela manhã, Ramos de Carvalho levantava e trabalhava com os recortes da agência. Lia-os, analisava-os e depois do almoço sentava-se à máquina e escrevia as notas até aproximadamente seis ou sete horas da noite, quando dirigia-se ao jornal para levá-las a Mesquita Filho, e ali passava horas em conversas. Podemos supor que neste momento as notas deveriam ser lidas pelo diretor e discutidas com o editorialista. A relação de ambos era muito próxima no que dizia respeito à confluência de ideias e do respeito de Júlio de Mesquita Filho pela competência intelectual de Ramos de Carvalho, algo que teria levado o diretor a deixar o editorialista como tutor de seu filho mais novo (CARVALHO, 2012 [entrevista]).

Além da agência usada como fornecedora de informações sobre os assuntos educacionais, Ramos de Carvalho entrava em contato constantemente com sua cunhada, Zélia Chagas, que no período foi orientadora e inspetora educacional em São Paulo. De acordo com o depoimento, eles

tinham assuntos para conversar porque ela tinha a legislação, assim, na ponta da língua, e todas as novidades do MEC ela ficava sabendo, trazia pra ele, conversavam, porque ela fazia as inspeções nas escolas e trazia para ele como era o funcionamento(CARVALHO, 2012 [entrevista]).

De fato, uma das características da escrita dos editoriais era o conhecimento e a precisão com os quais Laerte tecia sua argumentação sobre as legislações pertinentes e o acompanhamento passo a passo do desenvolvimento de questões que envolviam o ensino em seus diversos graus. Para além de sua vivência como docente na universidade, que o punha em posição de conhecimento sobre as questões que nela ocorriam, a figura de Zélia Chagas teria sido, junto ao trabalho da agência, fonte importante para a atualização das discussões levantadas por Ramos de Carvalho nos editoriais à luz dos princípios defendidos por ele e pelo jornal.

Em suma, Laerte Ramos de Carvalho acompanhou semanalmente os assuntos educacionais que foram debatidos durante todo o período de 1947 a 1964 e seguiu os passos das transformações geradas pelas políticas públicas da área. Fez o papel do fiscalizador do poder público, sempre com base nos imperativos liberais democráticos de educação, ao mesmo tempo em que arrogava a si o dever de esclarecer a opinião pública dos avanços e dos retrocessos que as políticas públicas educacionais provocavam na sociedade (BONTEMPI Jr., 2006, p.130-131).

Ramos de Carvalho atuou no matutino como formador de opinião a respeito dos assuntos educacionais e como fiscalizador do poder público, demonstrando por meio dos editoriais o seu engajamento. Sua autoridade advinha da formação e atuação acadêmica na FFCL, de acordo com o pensamento dos intelectuais ligados ao periódico. A condição de intelectual da FFCL conferiu a Ramos de Carvalho uma peculiaridade: ser o primeiro especialista sobre educação, isto é, bacharel licenciado por uma Faculdade de Filosofia, que atuou no jornal nos editoriais nessa área.

2 A USP NOS EDITORIAIS: OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DE *O ESTADO DE S. PAULO* EM DISPUTA

A carreira docente e a Cidade Universitária foram assuntos constantes nos editoriais ao longo do período. Por meio da defesa da regulamentação da carreira e da construção da Cidade Universitária, Ramos de Carvalho tentava atualizar os princípios educacionais dos fundadores frente aos desafios que eram propostos pela própria ampliação e consolidação da Universidade entre os anos 1940 e 1960.

2.1 Carreira docente

A carreira docente aparece nos editoriais englobando questões relativas à manutenção do sistema de cátedras, à realização de concursos, à contratação de professores estrangeiros e assistentes, além das discussões sobre a necessidade de regulamentação da carreira para a progressão dos professores no do sistema universitário. Estas questões estão diretamente relacionadas e em seu conjunto formam as bases para a defesa da manutenção dos princípios propostos pelos fundadores da Universidade a respeito da atuação docente.

De acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras, que se manteve vigente até a Reforma Universitária de 1968, o corpo docente universitário deveria estar estruturado em moldes gerais entre

a) professores catedráticos; b) auxiliares de ensino; c) docentes livres; e eventualmente: d) professores contratados; e) e outras categorias de acordo com a natureza peculiar do ensino em cada instituto universitário (BRASIL, 1931).

Vale ressaltar que, apesar de serem consideradas as diversas categorias, a única que constituía cargo público e que dava direito a vitaliciedade e liberdade de ensino e pesquisa era a de catedrático, conforme a Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946).

Cada categoria tinha uma forma de acesso à docência. O catedrático ingressava por meio de concurso público e os auxiliares de ensino e assistentes eram funções de sua confiança, portanto, comissionadas. No caso específico dos docentes livres, eles poderiam ingressar por meio de concurso e atuar marginalmente à cátedra como professores de “cursos equiparados”, mas sem os direitos e responsabilidades dos

catedráticos, assim como obterem a livre-docência mais como um título acadêmico do que como uma função docente (ANTUNHA, 1974, p.138). Os professores contratados poderiam ministrar as disciplinas no ensino normal da cadeira, nos cursos de aperfeiçoamento e especialização, assim como atuar em pesquisas científicas. No entanto, para o acesso a esta função, o professor contratado passava por um longo processo de escolha. Inicialmente, a proposta de contratação deveria conter a justificativa de sua ampla vantagem didática ou cultural pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA), que após ouvida a Congregação, levava a proposta para o Conselho Universitário, para deliberação (BRASIL, 1931).

Apesar de a legislação prever a diversidade na formação do corpo docente, não havia uma estrutura definida para organizar essas funções de forma progressiva, ou seja, uma carreira docente, pois esta se reduzia ao cargo de catedrático, sendo as outras categorias não efetivas e opcionais. Diferentemente da definição objetiva dada pela Reforma Universitária para a carreira docente, relacionando os cargos aos seus respectivos títulos necessários⁶ em um sistema gradual de acesso, o cargo básico e oficialmente indispensável para o funcionamento da função de ensino era a cátedra. No entanto, de cargo individual, conquistado por meio de concurso de títulos e provas pelo catedrático, a cátedra passou a ser reconhecida como a menor unidade administrativa da instituição, e posteriormente, identificada com um agrupamento de docentes vinculados a uma específica área do saber, organizados hierarquicamente e liderados pelo seu titular (ANTUNHA, 1974, p.139; CHAMLIAN, 1977, p.13-15).

A expansão dos serviços relacionados à cátedra foi consequência do constante crescimento das matrículas e da multiplicação dos campos de estudos no interior das cadeiras, seguindo o processo de especialização das áreas de saber em curso, além da demanda por pesquisa e serviços técnicos. Assim, novas categorias docentes agruparam-se em torno da cátedra, o que

culminou com o surgimento de um número elevado de classes docentes que, na realidade, não correspondiam a nenhuma diferença objetivamente evidenciada [...] dando margem a problemas de justiça salarial, bem como de jurisdição administrativa, pedagógica e mesmo intelectual (ANTUNHA, 1974, p.141-142).

⁶ As correspondências entre títulos e cargos eram: mestre para assistente, doutor para professor assistente, doutor, livre-docente para professor livre docente, professor adjunto e professor titular (ANTUNHA, 1974, p.135).

Este cenário de expansão interna das funções docentes sem a estruturação de uma carreira, somado às questões de disputa de poder internas a FFCL, que envolvia criação de concursos para as cadeiras e discussão sobre o contrato de professores estrangeiros e nacionais, foram o substrato sobre o qual Ramos de Carvalho discutiu a necessidade de criação de uma carreira universitária na Universidade de São Paulo.

2.1.1 Os professores estrangeiros na FFCL

Além do cenário organizacional apresentado, para compreender os argumentos de *OESP* em defesa da construção da carreira é imperativo esclarecer a maneira como se deu a formação do quadro docente da FFCL e a ocupação das cadeiras em 1934. O provimento das cadeiras das disciplinas obrigatórias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seguiu uma ordenação que condizia com as expectativas educacionais e ideológicas dos seus fundadores e que não era a mesma das outras unidades da universidade, constituindo o caráter de exceção da formação da FFCL. Apesar de o regime de cátedras ser previsto nos EUB, a Faculdade

[...] não o adotou de pronto em sua organização, colocando-o de lado com a efetivação do sistema de contrato de mestres estrangeiros. Tal medida conferiu à Faculdade de Filosofia uma peculiaridade que teve implicações decisivas quando ao relacionamento entre mestres e alunos e quanto aos mecanismos de ascensão e promoção na hierarquia acadêmica (BONTEMPI Jr., 2001, p.74).

Legalmente, a contratação dos estrangeiros no lugar da pronta utilização do sistema de cátedras, que implicaria em abertura de concursos, estava amparada no decreto de fundação da Universidade:

O Governo do Estado poderá, sob proposta do Conselho Universitário: [...] b) contratar, para a inauguração, instalação ou regência de cursos, pelo tempo que for necessário, professores estrangeiros de notória competência nas matérias para as quais não se encontrarem especialistas no país (SÃO PAULO, 1934).

Assim, para a composição do corpo docente da FFCL entendeu-se que seria possível buscar professores estrangeiros, além de alguns nacionais renomados, posto que a Faculdade estava sendo instalada o que dispensou a implantação do regime de cátedras. Os criadores conseguiram implantar um sistema híbrido, no qual os contratados legalmente não ocupavam as cátedras como titulares, mas gozavam de

regalias de catedráticos, tais como participar da Congregação, eleger representantes e indicar assistentes (SÃO PAULO, 1934). A contratação, que era para ser regime de exceção, foi a regra, e os “professores estrangeiros constituíram a maior parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras durante os primeiros anos da USP” (PETITJEAN, 1996a, p.259).

Essa opção se justificava. De fato, estes dispositivos atendiam aos imperativos dos fundadores da universidade, que creditavam nas mãos dos professores estrangeiros os rumos científicos e políticos da unidade. Sem avançar propriamente sobre a história das primeiras missões de professores estrangeiros para a USP⁷, cabe-nos ressaltar a importância da escolha desta forma de preenchimento das cadeiras no projeto de criação da Universidade feito pelo “grupo do *Estado*”. A FFCL tinha como principal função criar a elite de pensadores que iriam proporcionar a renovação cultural e política planejada pela Comunhão paulista. Aos professores estrangeiros era creditado um capital científico superior aos da maior parte dos professores nacionais, que no geral se caracterizariam por uma formação autodidata ou apenas secundária. Os estrangeiros seriam, neste discurso, mais preparados, pois tinham se formado em escolas superiores de alta cultura, como a *École Normale Supérieure*. Eles seriam capacitados a realizar um ensino satisfatório, mas principalmente, a orientar e formar uma elite intelectual brasileira por meio do desenvolvimento de pesquisas “desinteressadas”, que possibilitaria a tomada da “consciência nacional” dos problemas a serem resolvidos na sociedade, primeiro passo de sua transformação rumo à democracia liberal governada pelos mais preparados intelectualmente.

As contratações de professores para as cadeiras de Ciências Humanas tiveram um critério de escolha específico: elas deveriam, de acordo com a vontade e crença de Júlio de Mesquita Filho, ser ocupadas por docentes franceses. Conforme afirmou Paulo Duarte (apud PETITJEAN, 1996a, p.261-262), “era necessário reservar para a França as cadeiras que *ensinam a pensar* – e jamais confiar uma tal missão aos representantes dos países totalitários”. Esta escolha estava relacionada à extrema preocupação de Mesquita Filho de garantir a promoção do pensamento político liberal na Universidade, pois “a escolha dos professores era feita para promover a todo custo este liberalismo [...], aos franceses, líderes da democracia liberal, aquelas [cadeiras] de que depende

⁷ Sobre o assunto, consultar Petitjean (1996a).

diretamente a formação espiritual dos futuros alunos”. Portanto, a tradição científica dos professores estrangeiros era imprescindível para a concretização do projeto de reconstrução cultural e política projetados pela Comunhão paulista na criação da FFCL.

O discurso oficial da FFCL confirmava o posicionamento privilegiado dos professores estrangeiros no contexto de criação da universidade. Conforme consta no anuário de 1937-1938 (UNIVERSIDADE..., 1938, p.190),

[...] esta prática de recorrer aos mestres estrangeiros para provimento da maioria das cátedras da nossa Faculdade foi a melhor medida adotada na fundação deste estabelecimento de ensino. As primeiras escolas deste gênero a serem criadas no país têm de apelar para este processo. Só assim poderão os cursos serem entregues a professores que receberam sua formação em organizações similares já existentes no novo e no velho mundo.

Se em um primeiro momento a preocupação fora contratar professores europeus para dar início ao projeto e ao funcionamento da instituição, logo se percebeu que era imperativo criar os mecanismos que garantissem a transmissão dos conhecimentos e da metodologia dos mestres estrangeiros para os nacionais, que no futuro os substituiriam nas cadeiras. Esses mecanismos foram, inicialmente, a escolha dos professores assistentes, e posteriormente, a tentativa de criação da carreira universitária.

Conforme apontou Bontempi Jr. (2001, p.74-82), os professores estrangeiros eram jovens e, de acordo com as diretrizes dos fundadores, criaram um ambiente de proximidade entre eles e seus discípulos. As relações acadêmicas acabaram sendo permeadas pelas relações pessoais, pois além do número pequeno de alunos, os professores escolhiam aqueles que desejavam serem seus seguidores e os introduziam nos círculos acadêmicos, possibilitando sua inserção na docência universitária. O peso da escolha pessoal do assistente, da liberdade de cátedra para sua nomeação e demissão seria um dos fatores essenciais a manter um vínculo direto de filiação intelectual, que “naturalmente” dava ao assistente o direito à sucessão ao cargo do mestre. Desde o princípio da FFCL, foi imperativo aos fundadores a criação do cargo de professor assistente, já que os estrangeiros estavam no país provisoriamente.

Este esquema idealizado de formação e sucessão começou a se abalar por volta do final dos anos de 1940. Após a estabilização das missões estrangeiras na Universidade durante a Segunda Guerra, alguns professores estrangeiros iniciaram sua volta à Europa entre 1944 e 1946, configurando a vacância de algumas cadeiras,

conjuntamente com o aumento das pressões internas na FFCL pelos concursos de cátedras (ANTUNHA, 1974, p.108-109). Essa situação ameaçava a renovação dos contratos dos docentes que aqui continuaram, assim como a vinda de novos professores estrangeiros. Segundo Bontempi Jr.(2007, p.2), nessa época

[...] aumentaram as pressões internas a fim de levar a Faculdade a se organizar segundo o regime vigente nas demais unidades da Universidade. Deu-se, assim, o rompimento da experiência de 'moratória do regime de cátedras' na FFCL, e teve lugar uma corrida desabalada pela efetivação, em numerosos concursos, de catedráticos.

Portanto, o final da década de 1940 foi um momento decisivo em relação a reestruturação do corpo docente da FFCL, já que estava iniciado um processo de renovação de seu quadro. Se por um lado existiu a vacância de algumas cadeiras antes ocupadas por estrangeiros, por outro a pressão pela implementação do regime de cátedras era consequência do desenrolar do contexto político e legal no qual a universidade estava inserida. Com a redemocratização e com a nova Constituição de 1946, a universidade precisou regularizar a situação das cadeiras FFCL, que exigia os concursos para os provimentos de cátedras e o uso eventual de professores estrangeiros (BRASIL, 1946), contrariando a antiga lógica de ocupação das cadeiras criadas pelos fundadores. Esse processo, que estava fora do controle dos criadores da FFCL, atravessou o sistema sucessório entre professor contratado, estrangeiro ou já seu discípulo, e assistente, impondo um desafio para sua continuação diante da abertura de concursos de efetivação de catedráticos.

Surgiu, então, um problema perante o projeto dos fundadores: como evitar que professores nacionais, que não faziam parte do esquema de “sucessão legítima”, pudessem, por meio da obtenção de títulos e concursos, alcançar as cátedras da FFCL? Foi neste contexto que Ramos de Carvalho e *OESP* iniciaram uma “campanha” pelo adiamento dos concursos, a favor da permanência e contratação de professores estrangeiros e da criação da carreira docente universitária na USP.

2.1.2 Contratos e concursos

Uma das formas de evitar a ascensão de outros professores que não os assistentes às cadeiras, muitas vezes nomeados pelo jornal como “autodidatas”, era

prorrogar ao máximo a abertura de concursos até que a carreira docente estivesse devidamente regulamentada, para que os assistentes ascendessem aos cargos conjugando seus títulos com a experiência docente. Por isso, é recorrente em diversos editoriais a indicação de que a Universidade era imatura para os concursos. Em comentário que versava sobre a proposta do CTA da FFCL de rescindir os contratos dos professores interinos e abrir concursos para as cadeiras respectivas, no editorial se afirma:

A proposta do Conselho Técnico acarretará, fatalmente, o regime dos concursos em série, uma vez que os títulos universitários passam a ser o único meio para garantir a efetivação dos professores nos seus respectivos cargos. E, porque consideramos prematuros os concursos no atual estado atual da Faculdade, não podemos concordar com o arranjo realizado. Compreendemos, perfeitamente, que os professores nacionais procurem ascender na carreira universitária, desde que essa ascensão se faça de modo natural, depois do professor ter constituído, com trabalhos de mérito, o seu renome. O professor deve fazer a grandeza da cátedra e não a cátedra a grandeza do professor (NOTAS..., 1947b, p.3).

O matutino defendia a manutenção dos contratos dos professores interinos, no caso, de alguns estrangeiros e de antigos assistentes que haviam substituído os que voltaram à Europa, pois esses garantiriam a grandeza da cátedra por seus métodos e trabalhos científicos derivados da “alta cultura” europeia. A ascensão natural seria aquela em que o candidato se mostrasse apto ao cargo da cátedra por seu histórico de atuação na área do saber, o que claramente dava aos assistentes a preferência, pois haviam aprendido com os estrangeiros e atuado a seu lado como docentes e pesquisadores.

Na visão engajada do jornal, a rescisão dos contratos era uma medida para

[...] solapar a obra realizada pelos fundadores da Universidade de São Paulo. Tão frequentes têm sido semelhantes atentados à Faculdade que não hesitamos em afirmar que nos achamos diante de um deliberado plano visando o esfacelamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (NOTAS..., 1947a, p.3).

Nesse momento, a abertura dos concursos para cátedras implicava dois problemas para a continuidade da obra dos fundadores: primeiro, de acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931), como requisito para o concurso de cátedra era necessário ser brasileiro, o que eliminava a possibilidade de acesso dos estrangeiros as cadeiras; segundo, o concurso dava a abertura para que candidatos que não fossem assistentes pleitearem o cargo.

A rescisão desses contratos e a abertura de concursos para as cátedras respectivas seriam, para o jornal, o auge de um deliberado plano de esfacelamento da tradição cultural implantada pelos professores estrangeiros, liderado por opositores de dentro da própria FFCL:

A medida aprovada pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constitui o mais arrojado passo na consecução dessa tarefa. Desprezando a tradição criada nestes treze anos de trabalho pelos professores das missões francesa, italiana e alemã, aquele órgão técnico, ao propor tão odiosa medida, desfaz completamente o serviço por elas desenvolvidos (NOTAS..., 1947a, p.3).

As cadeiras da FFCL, com a inauguração desse momento de renovação de quadros, constituíram objetos de disputas, que aponta para prováveis dissensões internas a respeito do acesso às cátedras. Os seguidores dos fundadores, ancorando-se no discurso de manutenção da tradição estrangeira da FFCL, pretenderam manter em suas mãos as cadeiras ocupadas pelos estrangeiros ou seus assistentes, e somente no futuro convocar os concursos, quando esses estivessem preparados em relação aos títulos. No entanto, pelas deliberações do CTA, essa manutenção via-se ameaçada, pois havia quem desejasse encerrar a fase das missões estrangeiras e abrir a possibilidade de ocupação das cadeiras com professores nacionais por meio dos concursos.

Havia uma forte demanda interna por concursos de cátedras, justificada pelo número significativo de doutoramentos feitos pela FFCL, um pré-requisito para o acesso à cátedra. De acordo com o relatório expedido pela FFCL em 1952, a faculdade havia feito, de 1942 até 1947, 49 defesas de doutoramento, e de 1937 a 1947, 3 concursos de livre-docência e 14 para catedráticos (UNIVERSIDADE..., s. d., p.22-43). O primeiro doutoramento, feito em 1942, inaugurou o fenômeno de intensa procura pela obtenção do título de doutor, que acabou constituindo um movimento de pressão para a abertura dos concursos de cátedras aos brasileiros.

A nota de 11/05/1947 explica, por fim, que o CTA reconsiderou a medida sobre a rescisão dos contratos dos interinos. Porém, a vitória não teria sido completa, já que a decisão fora renovar os contratos dos professores até março de 1949 ou 1950, o que o jornal considerou ser um adiamento do problema:

Acreditamos sinceramente que, renovando o contrato dos professores interinos até março de 1949 ou 1950, o Conselho Técnico adiou simplesmente a resolução do problema, sem resolvê-lo definitivamente. Porque, não tenhamos dúvidas, a questão criada pela medida proposta pelo

Conselho Técnico e que criticamos, na certeza da justiça da causa, outra não é do que o próprio problema da Faculdade de Filosofia (NOTAS..., 1947b, p.3).

No mesmo ano, o jornal felicita a contratação de novos professores estrangeiros, Georges Gurvitch, Gilles Granger e Roger Dion (NOTAS..., 1947d, p.3). Já a questão da renovação dos contratos retornou à pauta no final de 1948, quando o CTA pôs em questionamento a possibilidade de manutenção dos contratos dos professores Heinrich Rheimboldt e Felix Rawitscher, e em breve os contratos de Roger Bastide e Gleb Wataghin, alegando que a renovação dos contratos somente poderia permitir a permanência dos professores por no máximo seis anos, uma vez que de acordo com os Estatutos da USP os contratos deveriam durar três anos, sendo prorrogáveis por mais três. O jornal, no entanto, defendia que a questão era um problema de interpretação, afirmando que nada impedia que os contratos fossem renovados mais de uma vez (NOVOS..., 1948e, p.3). A questão importante para o jornal era manter os estrangeiros já contratados ou manter a possibilidade de novos contratos, condições que foram sustentadas naquele momento.

Entretanto, a contratação de novos professores estrangeiros passou por mudanças de critérios que não mais correspondiam àqueles usados pelos fundadores. Em 1949, o editorialista critica a proposta levantada na Congregação da FFCL, de contratação do professor Charles Morazé em um novo regime, ausente nos Estatutos da USP: o de professor visitante. Havia perante esta nova proposta um conflito de modelos de contratação. A contratação de um professor como visitante proporcionava a vinda professores estrangeiros, porém, seus contratos seriam feitos por um tempo curto. Além disso, como a própria denominação pressupõe, ele não deveria instalar-se na instituição, mas apenas auxiliar os outros professores. Ramos de Carvalho defendia que o regime de contrato de professores visitantes seria um passo a ser dado somente depois que as cadeiras já estivessem devidamente preenchidas pelos “discípulos” dos primeiros estrangeiros, pois com o regime de contrato por tempo curto, o professor não vinha para fazer escola, para criar docentes e pesquisadores que o sucederiam (PROFESSORES..., 1949b, p.3). Ou seja, a modalidade de professor visitante não garantiria que a antiga forma de provimento das cadeiras e sucessão pelos assistentes se perpetuasse, pois não havia o ideal de desenvolver, por tempo longo, um trabalho de continuidade.

Conforme Massi (1989, p.418), a partir de 1951 este novo regime de contrato designou a passagem pela USP de diversos professores de renome apesar da discordância do jornal. No entanto, isso se deu não somente pela mudança de orientação na contratação de estrangeiros para a universidade, mas também como mudança da política francesa de relações exteriores e da própria situação do campo científico nacional. Assim como apontou Petitjean (1996b, p. 39), o modelo de ciência francesa chegara ao fim após a Segunda Guerra, pois as relações científicas internacionais passaram da hegemonia francesa para a americana, assim como no Brasil a ciência nacional conquistara sua institucionalização por meio da criação do CNPq.

A abertura de concursos e o acesso às cátedras não era apenas uma questão que dizia respeito à esfera didática, mas implicava a possibilidade de ingresso em importantes cargos administrativos da Universidade. Na estrutura de poder, a cátedra era o cargo básico para que o docente ascendesse aos cargos da gestão. Somente os catedráticos brasileiros natos poderiam ser nomeados, pelo governo do estado, para os cargos de diretor e reitor. Para ocupar o CTA, órgão deliberativo de cada instituto, era necessário ser catedrático (UNIVERSIDADE..., 1948, p.15-16). Os estrangeiros, por seu regime de contratos, frequentavam somente a Congregação dos professores, que abrigava os catedráticos, contratados e docentes livres.

A estrutura de poder baseada nas cátedras foi um grande desafio para a manutenção da política dos fundadores no final dos anos 1940, pois a deficiência da FFCL de não possuir catedráticos concursados criara um empasse interno: além da pressão pela abertura dos concursos, esses mesmos concursos não eram organizados e julgados por membros da Congregação da Faculdade. Segundo o decreto nº 271/38, artigo 1º, por não possuir a Congregação da Faculdade dois terços de professores efetivos, todas as atribuições referentes a concursos cabiam ao Conselho Universitário, o qual nessas condições funcionava como Congregação da Faculdade (BRASIL, 1938). Este artigo deixava os seguidores da política dos fundadores de mãos atadas, pois além de não conseguirem evitar os concursos, quando esses acontecessem o processo não seria liderado por membros da unidade. Com o Conselho Universitário atuando como Congregação, a escolha dos membros que comporiam as bancas dos concursos era feita por professores de outras áreas, que poderiam escolher avaliadores que não eram de áreas afins a posta em concurso, além da possibilidade de não serem favoráveis ao

“candidato natural” à cátedra. Ao comentar concursos que ocorreram na USP, Ramos de Carvalho criticava-os por seu caráter teatral e defendia a necessidade de se proceder a uma correta avaliação dos títulos universitários, pois eles estariam sendo analisados por não especialistas da área e contabilizados apenas de forma quantitativa. Defendia que nos concursos os títulos deveriam ser analisados em seus significados científicos, e não como *status*, e que se deveria observar o real valor dos títulos como representações de uma carreira universitária (TÍTULOS..., 1948h, p.3). Para evitar tais falhas, o jornal defendia que a questão mais urgente para a USP seria o estabelecimento da carreira do professor: “Melhor seria que se cuidasse do problema da carreira do professor, porque, a nosso ver, esse seria o único modo de dar solução justa e adequada às dificuldades do ensino universitário” (LIBERDADE..., 1948d, p.3).

O processo do concurso para a cátedra de Filosofia da FFCL é um emblema de como as cadeiras eram objetos de disputas por diferentes grupos dentro da universidade, além de retratar a busca de autonomia da FFCL, que passava pelo poder de deliberação da sua Congregação a respeito dos concursos. Em razão do concurso, que foi aberto em 30 de setembro de 1949 e acabou sendo realizado apenas em maio de 1954, a Congregação da FFCL, o Conselho Técnico Administrativo, o Conselho Universitário e o reitor travaram verdadeira batalha judicial a propósito dos candidatos habilitáveis, envolvendo como julgadores o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministro da Educação.

Em resumo, João Cruz Costa, então professor interino da cadeira e mais cinco candidatos inscreveram-se para o concurso, sendo que quatro deles, Vicente Ferreira de Silva Filho, Heraldo Barbuy, Renato Cirell Czerna e Luís Washington Vita, eram colaboradores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), órgão criado em 1949 por Miguel Reale, catedrático da Filosofia do Direito e então reitor da Universidade (BONTEMPI Jr., 2001, p.114). As inscrições de Luís Vita e Heraldo Barbuy, que não possuíam diploma universitário, foram aceitas em caráter condicional, graças ao artigo 13, parágrafo 2, do decreto-lei nº 13426/43, que garantia seu caráter de exceção, pois

Quando a matéria da cadeira em concurso for lecionada *apenas* nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, ficarão os candidatos isentos da exigência de diploma de escola superior em cujo curso se contenha tal matéria, até que a lei federal disponha sobre o assunto (UNIVERSIDADE..., 1952c, p.8, grifo do autor).

À época, o CTA deliberou que o Conselho Universitário seria o responsável pelo processo do concurso, segundo a vigência do decreto nº 271/38 e por isso o CO aprovou as duas candidaturas condicionais e indicou dois professores para a comissão examinadora, ambos bacharéis em Direito, baseado no artigo 13 do decreto-lei nº 13426/43 e na existência de concursos precedentes que se apoiaram nessa legislação. A Congregação da FFCL entrou com recurso ao Ministro da Educação e ao CNE, alegando que o artigo 13 não dispensava os candidatos de diploma de ensino superior, mas sim de *diploma de escola superior em cujo curso se contenha tal matéria*, estando de conformidade com os EUB de 1931 e os Estatutos da Universidade de São Paulo, especificamente em seu artigo 84, que eram legislações hierarquicamente superiores ao regimento de concurso (UNIVERSIDADE..., 1952c, p. 11-16).

Os argumentos da Congregação foram aceitos, e o CNE pediu ao CO reconsideração. Nesse interim, o próprio CTA reconheceu que, por mudança na legislação, o CO não deveria agir mais como Congregação da FFCL a respeito do concurso. Em 7 de outubro de 1949 havia sido promulgada a lei federal nº 851, proposta pelo deputado udenista Beni Carvalho, que regulamentava a composição das congregações e suas responsabilidades, e que alterava a questão da jurisdição dos concursos nas faculdades que tinham menos de dois terços de catedráticos. Segundo a nova lei, essa congregação, que era o caso da FFCL, teria seu quadro completo com professores universitários de instituições congêneres ou docentes renomados na área, assegurando sua autonomia na realização dos concursos (UNIVERSIDADE..., 1952c, p.17-22).

Com as duas objeções referentes à aceitação dos candidatos, o CO resolveu tornar sem efeito as deliberações já tomadas e passou à FFCL a responsabilidade do andamento do concurso, conforme a lei nº 851/49. Dessa forma, Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL, cancelou as inscrições de *todos* os candidatos, com exceção de Cruz Costa, com a alegação de que eles não satisfaziam a exigência estatutária de diploma em curso que continha a matéria em concurso. Na banca escolhida, figuravam Fernando de Azevedo e Roldão Lopes de Barros como membros da FFCL (UNIVERSIDADE..., 1952c, p.23-29).

No entanto, o processo não estava acabado. Os candidatos Vicente Ferreira e Renato Czerna⁸, que não constavam das candidaturas condicionais mas que foram conjuntamente anuladas, entraram com recurso contra a resolução da FFCL, alegando que cumpriam o requisito de ter diploma universitário, pois eram bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, e que as inscrições tinham sido aceitas na ocasião. Recomeçou, assim, a disputa entre o Co e a Congregação, pois o recurso dos candidatos foi aceito pelo Co, apesar da contrariedade dos representantes da FFCL (UNIVERSIDADE..., 1952c, p.33-35).

A contestação se deslocou para outra questão: como os candidatos de fato tinham diploma superior em Direito, o cerne da disputa passou a ser se esse diploma seria entendido como aceito para o concurso, posto que neste curso havia a disciplina de Filosofia do Direito, comandada por Miguel Reale. O Conselho Universitário e Congregação novamente se embateram, pois o primeiro afirmava que as cadeiras de Filosofia do Direito (Faculdade de Direito) e Filosofia (FFCL) eram equivalentes. Baseava-se para tanto em argumentações de Miguel Reale e Leonardo Van Acker, catedrático de Filosofia Geral e do Direito da USP, validando as inscrições, enquanto que a Congregação da FFCL negava a equiparação e anulava as candidaturas, apoiando-se no artigo 13 do Regimento do Concurso para reafirmar que tal disciplina era ministrada *apenas* na FFCL, baseada em parecer do conselheiro Cesário de Andrade (UNIVERSIDADE..., 1952c, p.37-57). Em 1952, a FFCL publicou o *Histórico do Concurso da Cadeira de Filosofia*, documento que retratou todos os passos do processo, anexando-o ao novo recurso ao CNE, que acabou sendo aprovado, devolvendo a Faculdade o direito de organização do concurso, resultando na aprovação de Cruz Costa como catedrático em 1954.

A Faculdade, em busca de sua autonomia didática, utilizou a legislação vigente como arma para evitar que os candidatos do Direito “invadissem” uma das cadeiras de maior prestígio do período das missões, símbolo da própria Faculdade. Ao recorrer ao CNE, a FFCL enfraquecia a influência de Reale e do CO sobre o concurso, protegendo o candidato “natural”, Cruz Costa, que havia sido assistente de Jean Maugué e professor interino da cadeira por mais de dez anos, frente aos candidatos provenientes do IBF,

⁸ Renato Barbuy também entrou com recurso, mas desistiu da candidatura antes do julgamento do pedido pela Comissão de Legislação e Recursos do Conselho Universitário (Universidade..., 1952c, p.43)

ligados à Faculdade de Direito⁹. Com o desenrolar dos conflitos, o que se pôs em causa foi o próprio *status* da Filosofia, dividida entre ciência pura e ciência aplicada aos estudos do Direito. A aprovação de Cruz Costa era a vitória da FFCL, da confirmação do trabalho dos mestres estrangeiros no desenvolvimento de pesquisadores de ciência pura e desinteressada, frente ao grupo dos filósofos da Faculdade de Direito.

Nos comentários feitos pelo editorialista a respeito deste processo, nota-se que os argumentos levantados pelas autoridades da FFCL ressoavam na imprensa, acrescidos do teor político característico do jornal e das considerações de Ramos de Carvalho a propósito da criação da carreira docente. O editorialista criticava o artigo 13 do Regimento de Concurso, alegando que a FFCL não era tratada com igualdade perante as outras faculdades (CONCURSO..., 1950c, p.3), o que assegurava o desprezo e a desconsideração do reitor pela FFCL, que em sua visão seria uma agente do governo ademarista dentro da Universidade (A PROPÓSITO..., 1950a, p.3), e por isso, inimigo da FFCL e do projeto educacional dos fundadores. Em contraposição à aceitação dos candidatos sem diploma de ensino superior, o jornal anunciava:

Os fundadores da Universidade - podemos falar livremente e com autoridade porque fizemos parte da comissão encarregada de organizá-la - nunca admitiram a possibilidade de que as cátedras universitárias viessem a ser ocupadas por pessoas sem formação superior.[...] A forma de provimento de cátedras tal como estabelecem as leis vigentes é cheia de lacunas. Será isso, entretanto, justificativa bastante para que tanto o Conselho Universitário como o Reitor vibrem um golpe mortal no espírito que presidiu a fundação da Universidade? De modo algum (CONCURSO..., 1950c, p.3).

2.1.3 Regulamentação da carreira docente

Para evitar que as “lacunas” das leis abrissem oportunidade para os “autodidatas” e não especialistas ascenderem às cátedras, como teria sido o caso do concurso da cadeira de Filosofia, Ramos de Carvalho afirmava:

Num docente, e não importa de que grau de ensino, devem somar-se virtudes de ordem moral, de probidade e valor científicos, de perseverança, de dedicação desinteressada ao ensino e às pesquisas, de tolerância e ao mesmo tempo, de rigoroso cumprimento de seus deveres profissionais. Essas qualidades tão fundamentais não transparecem em meras provas de erudição e de capacidade didática. Somente a experiência, comprovada em longos anos de exercício, serve de garantia à eficiência do trabalho de um docente.

⁹ Para maiores detalhes sobre a natureza das divergências entre os pesquisadores da Cadeira de Filosofia da FFCL e dos colaboradores do Instituto Brasileiro de Filosofia, ler Bontempi Jr.(2001), em especial o segundo capítulo.

Nada mais justo, portanto, do que a estruturação da carreira do professor, em escalonamento sucessivo: assistente, professor auxiliar, professor adjunto e finalmente, professor catedrático (CONCURSO, 1950b, p.3).

Era imperativo, no momento em que as cadeiras da FFCL estavam sendo cobiçadas por diferentes grupos, elevar a importância da formação da carreira universitária:

A carreira do professor é feita não para substituir, mas para completar e aperfeiçoar o processo de seleção que o concurso, por si só não pode resolver. Um e outro, entretanto, carreira e concurso, no caso das universidades, são termos de um problema: o da "formação" do professorado universitário (CONCURSO..., 1948c, p.3).

Para garantir a boa formação do quadro docente, era preciso que os candidatos às cátedras atravessassem todos os graus da hierarquia, adquirindo os títulos e os conhecimentos necessários ao posto mais alto. O concurso seria o coroamento de uma carreira bem traçada e, de acordo com a filosofia do jornal, os candidatos mais preparados seriam os “legítimos seguidores” da ideologia dos fundadores, os mesmos que foram os assistentes e discípulos dos professores estrangeiros. A harmonização do regime de concurso com a carreira, adequadamente regulamentada, barraria o acesso de "aventureiros" às cátedras e evitaria que os cargos fossem usados como moeda de troca de favores pessoais. Para Ramos de Carvalho, este seria o modo eficiente de fugir-se não só dos perigos de uma universidade “fechada” ao ingresso dos professores brasileiros, mas ainda dos riscos de torná-la “aberta” para baixo, exposta aos “improvisadores culturais”, “aventureiros e autodidatas” (PROBLEMA..., 1948f, p.3).

De acordo com o matutino, em final de 1950 e início de 1951 reiniciara-se na USP um movimento de discussão pela instauração do regime de carreira do professorado universitário, em decorrência da retomada da proposta de criação do cargo de professor adjunto, proposta feita primeiramente em 1946 (NOTAS..., 1947c, p.3), mas que não teve andamento efetivo. Este movimento se desdobrou no pedido, pelo Conselho Universitário, de criação de 57 cargos de professores adjuntos para os institutos que ainda não os tinham, resultando em sua aprovação no projeto de lei nº1095, em 1952, pela Assembleia Estadual. O jornal apoiava a regulamentação da carreira e a diversificação dos cargos, no entanto, não consentia com a forma final do projeto aprovado. Ramos de Carvalho argumentava que “o projeto de criação de cargos de professor adjunto em algumas das escolas da Universidade de São Paulo não traduz, na sua forma atual, os legítimos interesses da pesquisa e do ensino de nível superior”

(SOBRE..., 1952e, p.3) pois a forma pela qual fora feita a distribuição do número de cargos para a cada instituto era “desproporcional” (23 para a Medicina, 10 para a Politécnica, 10 para a FFCL, 6 para a Farmácia e Odontologia, 5 para a “Luiz de Queirós” e 3 para a Medicina Veterinária). Em especial, o jornal entendia que o número dado à Medicina refletiria os interesses pessoais de favorecimento dos numerosos livres-docentes dessa faculdade que não conseguiram ingressar nas cátedras, e não corresponderia às necessidades dos outros institutos, caso da FFCL, que tinha poucos livre-docentes enquanto possuía um grande número de doutores. Por isso, o jornal é contra a exigência feita em lei para a candidatura ao cargo, pois o pretendente teria que ter atuado cinco anos como auxiliar de ensino e cinco anos como professor livre-docente na mesma cadeira, o que não correspondia à realidade diversa das atuações dos docentes da universidade, nem mesmo garantia a qualidade do candidato (SOBRE..., 1952e, p.3).

Segundo consta em ata do Conselho Universitário (UNIVERSIDADE..., 1952a, fls. 99 - 99 verso), o reitor, após historiar sobre o processo interno que levou a proposta dos cargos, submeteu a apreciação do Co com uma resposta que preparou às críticas dispensadas pelo jornal, que foi aprovada.

Fica perceptível que, a reboque da discussão da carreira, os cargos que foram criados eram uma resposta particularizada, referente à demanda dos numerosos livres-docentes que atuavam na universidade em diferentes funções mas sem cargos efetivos, e não um projeto de regulamentação da carreira de forma estrutural, a contemplar sistematicamente os diversos cargos e funções, nos moldes que o matutino e Ramos de Carvalho idealizavam. Essa solução não satisfazia os planos de ascensão dos assistentes da FFCL, pois desde sua criação a unidade incorporara o doutoramento como grau na carreira docente, exigido para os assistentes para a permanência em sua função, e como requisito para a livre-docência, diferentemente das Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica, que tinham incorporado o curso de doutoramento havia pouco tempo, sendo o concurso de livre-docência e de cátedra as únicas provas de seleção até então (DA CARREIRA..., 1953b, p. 3). Portanto, se a criação dos cargos de professores adjuntos satisfazia as lacunas nos quadros da Medicina, Direito e Politécnica, pois era aberta aos livre-docentes, ela marginalizava os assistentes doutores da FFCL e os deixava em desvantagem:

Nenhum assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pode ser livre docente sem antes ter obtido o grau de doutor. Vê-se por aí que há já um esboço de carreira na escola criada por Armando de Salles Oliveira. Impunha-se, portanto, dar o passo inicial no sentido de fazer que estes títulos valessem como atestado de real mérito e garantissem aos seus portadores o lugar merecido na carreira do magistério (DA CARREIRA..., 1953b, p. 3).

A campanha pela estruturação da carreira continuava sem apresentar mudanças efetivas no regulamento da instituição. Ramos de Carvalho explanava que

A situação vigente na Universidade de S. Paulo favorece a improvisação e o espírito de aventura, nos quais muitos reconhecem um dos principais fatores de nosso atraso cultural. O professor universitário deve ser ‘formado’, e o caminho prático e eficiente para alcançar-se este objetivo é a da adoção da carreira. No convívio de professores de real valor e treinados nas atividades de pesquisa e de ensino durante alguns anos de trabalho, o candidato à cátedra universitária encontrará o ambiente sadio e os recursos de que necessita para alcançar, por intermédio do concurso de títulos e provas, a inteira consagração de seus esforços (DA CARREIRA..., 1953a, p.3).

Ora, esta descrição de caminho idealizado para a formação do professor, que é nomeada de carreira, encaixa-se perfeitamente na relação de sucessão entre professor catedrático e assistente, conforme foi implantado pelos professores estrangeiros. Assim, ocorreu com Ramos de Carvalho, que ocupou a função de assistente de 1944 a 1951 e em 1952, inscreveu-se para o concurso da cadeira que regia interinamente, possuindo o título de doutor. O que o editorialista pretendia destacar era que os anos de trabalho ao lado dos regentes de cátedra deveriam compor o critério de avaliação ao lado do concurso de título e provas. Assim, a formação dos quadros, aos moldes do projeto inicial, seria garantida e as trajetórias daqueles os quais teriam passado pela função de assistentes, somadas ao processo de seleção.

Na maneira em que se configurava a EUB, o único requisito que existia para a inscrição em concurso de cátedra era o diploma de ensino superior, cabendo a cada instituto deliberar sobre o assunto e instituir suas exigências (BRASIL, 1931). Assim, qualquer cidadão que possuísse diploma de ensino superior, mesmo sem exercício da docência e doutoramento podia, ao participar do concurso à cátedra, tornar-se livre-docente se nele fosse aprovado. No entanto, os assistentes da FFCL somente poderiam concorrer à livre-docência se antes fossem doutores (ASSEMBLEIA..., 1955b, p. 3). A carreira sucessiva, gradual, como desejava Ramos de Carvalho, era a forma de garantir o acesso desses assistentes aos cargos de catedrático, pois seriam levadas em conta sua experiência e não apenas a titulação.

O assunto dos cargos de professores adjuntos retorna fortemente à pauta dos editoriais em 1955, a respeito da suspensão dos concursos de títulos previstos pelo projeto, que havia se transformado na lei nº 2.664, em 23 de janeiro de 1954. Após a nomeação de seis professores que tinham se candidatado às vagas, o reitor Alípio Corrêa Netto suspendera, em comum acordo com o governo, a abertura de novos concursos para o preenchimento do restante dos cargos. O jornal criticava tal ação, alertando que havia candidatos preparados para a ascensão ao cargo na FFCL, além de ser um imperativo à melhoria do ensino e da pesquisa, principalmente porque possibilitaria a abertura de novos ramos de especialização de estudos sem ter que criar novas cadeiras (MEDIDA..., 1955c, p.3). A propósito das apreciações feitas nos editoriais, o jornal recebeu carta do reitor, que foi publicada na coluna de Ramos de Carvalho, esclarecendo os motivos de sua medida. Em suas palavras, o reitor alegava que a universidade, que era composta por 264 cadeiras, tinha apenas 196 delas preenchidas entre catedráticos e professores estrangeiros, o que implicava 68 cadeiras que necessitavam ser, prioritariamente, preenchidas por meio de concursos de títulos e provas. Essa situação implicava maior urgência na realização dos concursos para as cátedras, o que teria levado à suspensão dos concursos para os cargos de adjuntos:

Ora, é muito mais lógico e razoável preencher-se definitivamente as cadeiras vagas, com titulares consagrados em concurso, dando à disciplina a necessária estabilidade, antes de ampliar os quadros docentes com cargos novos, como são os professores adjuntos (PROFESSORES..., 1955d, p.3).

A esta lógica de preenchimento primeiro dos cargos básicos para depois ampliar a capacidade didática, combinava-se o motivo de restrição de despesas.

Em nota posterior, o periódico reafirma sua contrariedade à suspensão, alegando que os concursos de professor adjunto e de cátedras não eram incompatíveis entre si, além de a decisão da abertura de concurso para a cátedra não ser da jurisdição da administração da Universidade, mas de cada unidade. E completa sua argumentação, reforçando a lógica de formação de quadros defendida pelo jornal durante anos:

Acresce ainda notar que não julgamos aconselhável a abertura indiscriminada de concursos para as cátedras universitárias. Cadeiras há, que não devem ainda ser providas efetivamente: nelas, mais alguns anos de contrato de seus titulares ou de outros professores em melhores condições, representa situação que deve ser mantida, pois é o único meio de assegurar maior número de candidatos realmente qualificados nos concursos que no futuro se abrirem (AINDA..., 1955a, p.3).

No ano de 1956, a questão da carreira novamente é discutida pelo editorialista, por ocasião do projeto de lei nº 475, proposto pelo governo, por indicação do deputado

Osny Silveira, que teria consultado informações na Reitoria a respeito da transformação em cargos efetivos as funções de auxiliares de ensino, ao mesmo passo que revogava a condição de estabilidade dos auxiliares de ensino que já exerciam o cargo de professor assistente por mais de dez anos, com finalidade de suprimir a disponibilidade remunerada destes (ESTADO..., 1956, p.52-53) .

A proposta da criação da carreira de auxiliar de ensino, conforme consta em ata do Co, teria sido feita primeiramente em 1945 (UNIVERSIDADE..., 1946, fls. 9-9 verso), e acabou por não se concretizar. Em 1949, o governo aprovou a lei nº 251, que dava aos assistentes da USP estabilidade após dez anos de serviços prestados, seguindo a lógica do funcionalismo público. Se o assistente fosse dispensado pelo catedrático, ele ficaria em disponibilidade remunerada, e seria remanejado para outros órgãos ou serviços. À época, Ramos de Carvalho foi enfático em se opor a tal medida, alegando que ela contrariava a lógica da liberdade de cátedra, mesmo ela não sendo impedida, garantida pela legislação federal e estadual, que dava ao catedrático o direito de escolha e dispensa do assistente, por ser um cargo de confiança (ESTABILIDADE..., 1949a, p.3).

O projeto de lei nº 475 retomava a questão da criação dos cargos de auxiliares de ensino ao mesmo tempo que pretendia revogar a lei nº 251, que tratou de regulamentar a função dos auxiliares conforme o regime do funcionalismo público. Como a questão deveria ser remetida à apreciação do Conselho Universitário, o governador Jânio Quadros (1955-1959) encaminhou resolução para que uma comissão criasse um anteprojeto substitutivo a lei nº 475.

Tal proposta de supressão dos direitos garantidos pela lei nº 251 não teria sido bem recebida nos meios universitários, e o jornal defendia que a maneira mais correta de tratar do aproveitamento do auxiliar de ensino era enquadrá-lo em um sistema de carreira docente. Em sua visão, os assistentes não deveriam ter estabilidade, de acordo com a legislação, mas no caso de terem alcançado os títulos de doutor ou livre-docentes, deveriam ser aproveitados nos quadros da universidade como professores adjuntos, de forma efetiva. Desta maneira, os anos de trabalho e investimento nos assistentes não seriam perdidos, assim como se acabaria com a questão dos disponíveis renumerados, sem que os professores perdessem os direitos adquiridos (ESTABILIDADE..., 1956d, p.3). A ocasião, segundo o matutino, era propícia para a estruturação da carreira, resolvendo conjuntamente o problema dos assistentes em disponibilidade remunerada:

A estruturação da carreira docente, com o escalonamento de funções organizadas de forma a ser preenchidas sob o regime de promoções sucessivas, é a nosso ver, a única maneira de assegurar o aproveitamento dos auxiliares de ensino. Haverá, neste caso, um cargo inicial da carreira que será de provimento em comissão; mas à medida que, dentro de prazos estabelecidos em lei, o assistente obtiver os graus e títulos universitários de doutor e livre docente, mediante concursos, ele será promovido, passando a figurar no quadro dos professores adjuntos, na situação de funcionário estável, com exercício junto às cadeiras, porém sem nenhuma subordinação ao catedrático. Seria, deste modo, a integração dos cargos de professor adjunto, criados pela lei nº 2664, de 23 de janeiro de 1954, no regime da carreira que, modificada e gradualmente ampliada, poderia cobrir as necessidades de toda a Universidade (AINDA..., 1956b, p.3).

A questão da carreira dos auxiliares prolongou-se, chegando sem resolução até o ano de 1959. De acordo com o editorialista, o anteprojeto solicitado foi feito pela comissão responsável e encaminhado à reitoria. Ali ficou parado até que os assistentes da Faculdade de Medicina, a associação da classe e o Conselho Universitário encaminharam ao governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959-1962) uma representação para a resolução do assunto. O governador, de pronto, teria acionado os trâmites legais, que acabou em encaminhamento de projeto de lei de sua autoria para a Assembleia (OS PROFESSORES..., 1959, p.3). O assunto repercutiu no Conselho Universitário. Conforme a ata de reunião, uma Comissão Permanente ficou responsável por avaliar o anteprojeto, tendo como um dos membros o presidente da associação dos auxiliares de ensino. O relator da comissão anunciava que “Nos moldes da carreira pleiteada era necessário condicionar a promoção dos assistentes à conquista de títulos, sendo primeiro do de ‘doutor’ ”, o que contrariava o defendido pelo representante dos auxiliares, que pedia a promoção a todos os assistentes independente de exigências de mérito (UNIVERSIDADE...,1959, fls. 19- 19 verso).

Após tramitação, o projeto foi transformado na lei nº 5.772, de 1960, que de modo geral pouco modificou a lei n ° 251(SÃO PAULO, 1960), mas conseguiu condicionar a estabilidade dos assistentes à exigência do título, conforme o posicionamento defendido pelo Conselho Universitário e pelo jornal. Foi garantida a manutenção da estabilidade aos assistentes com mais de 10 anos de serviço, que a partir da nova lei teriam que se titular livres-docentes, e o uso de seus serviços, em caso de dispensa do catedrático, em cargos e funções da universidade, ou outros órgãos, desde que compatíveis com suas habilitações e capacidades técnicas e científicas. No entanto, a lei não tratou da criação dos cargos de professores auxiliares, como fora proposto no projeto de lei originário e o título de doutor não foi introduzido na carreira docente

como requisito, o que contrariava mais uma vez a lógica de promoção dos assistentes da FFCL.

Os debates sobre as mudanças científicas e tecnológicas que perpassaram os anos 1950 e a urgência da reforma do ensino superior para a adaptação a esse novo contexto (CUNHA, 1989) não ficaram sem comentário nas colunas educacionais de Notas e Informações. No que diz respeito à carreira, se a cátedra ainda constituía um cargo indispensável para os quadros da universidade, Ramos de Carvalho admitia que ela já não era mais suficiente para o cumprimento das exigências das pesquisas. Por isso, os cargos de professor auxiliar, adjunto ou mesmo cooperador, eram necessários para a flexibilização da estrutura didática e para a especialização das investigações (AINDA..., 1956b, p.3). De acordo com Antunha (1974, p.141), na impossibilidade de ruptura do regime de cátedras, a universidade teve de se adaptar à expansão dos serviços técnicos e à realização de pesquisas, além da criação de novos campos de disciplinas. O editorialista, consciente da expansão interna da universidade alegava: “A carreira deveria ser organizada em regimes diferentes, de acordo com a necessidade de cada instituto (A ASSEMBLEIA..., 1956a, p. 3)”; “A atual estrutura não corresponde mais às necessidades do trabalho científico. No vasto programa de reorganização de nosso ensino superior, a carreira representa, sem dúvida, o passo inicial”(CARREIRA..., 1956d, p.3).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 não alterou o regime de cátedras e não instituiu uma diretriz para a carreira universitária (BRASIL, 1961) a despeito dos debates em torno do assunto. Com a exigência da reorganização das instituições superiores pela promulgação da LDB, a USP, na reitoria de Antonio Barros de Ulhôa Cintra, reformulou seus Estatutos. Ao comentar o anteprojeto criado pela Comissão de Legislação e Recursos e de Ensino e Regimentos, Ramos de Carvalho opunha-se a manutenção da cátedra como unidade básica de ensino, defendendo a adoção do departamento (CÁTEDRA..., 1962b, p.3). Na versão final dos Estatutos de 1962, ficou instaurado um sistema composto, entre a manutenção das cátedras e a organização em departamentos, no qual estes poderiam ser constituído de cátedras e disciplinas autônomas afins, por proposta das respectivas congregações (UNIVERSIDADE..., 1964, p.29). Esta parece ter sido a realidade na qual Ramos de Carvalho viveu após a instituição dos novos estatutos, como catedrático da seção de

Educação, que se transformou em Departamento de Educação da FFCL. Segundo Antunha (1974, p.146),

constituído pelas antigas cadeiras, provenientes do extinto Instituto de Educação [...] esse Departamento chegou a funcionar relativamente bem, mercê da sólida constituição administrativa a que se submeteu e da aceitação generalizada da precedência da autoridade do Conselho do Departamento sobre as antigas cátedras.

Consta dos mesmos estatutos (UNIVERSIDADE..., 1964, p.32-39) que o corpo docente da universidade poderia ser composto por professores catedráticos, associados, de disciplina, assistente, livre docente, colaborador e instrutor voluntário. Essas variadas categorias não estavam organizadas em uma carreira, mas apenas continham uma regulação em relação ao grau titular exigido para determinada função: a livre-docência dava direito de acesso à categoria de professor de disciplina, de professor assistente, de professor associado e de catedrático; para ser professor assistente, teria que ser no mínimo doutor e para instrutor, ser graduado, sendo que deveria ingressar na pós-graduação no máximo em quatro anos. No mesmo momento, é sancionada a lei nº 6826, de 6 de julho de 1962, proposta pelo governador, que dispunha sobre a criação, transformação e extinção de cargos do quadro da Universidade de São Paulo. Segundo seu conteúdo, esta ação referente ao quadro da universidade passaria a ser da alçada do reitor, que faria a proposta para o Conselho Universitário avaliar (SÃO PAULO, 1962, p.3). Esta mudança foi significativa, pois as propostas que envolviam a existência dos cargos não eram mais discutidos e decididos pela Assembleia ou pelo Executivo. A Universidade era a instância de decisão sobre o assunto, o que aumentava sua autonomia didática. A partir disto, as questões referentes à carreira seriam decididas no âmbito da universidade, e não mais na esfera política estadual. Ramos de Carvalho parabeniza a medida, e diz que a lei definiu melhor a autonomia da Universidade, mais ainda não de forma definitiva, o que somente ocorreria com a finalização das obras da Cidade Universitária (A NOVA..., 1962a, p.3).

Por fim, a longa campanha do jornal pela construção da carreira docente na universidade, acabou por não se concretizar de forma sistêmica e integral, como era idealizado por Ramos de Carvalho. O que existiu foram tentativas desconexas de criação de cargos que não mantinham relação de sucessão entre si, por meio de atos judiciais independentes, formando apenas um esboço do viria a se instituir após a Reforma Universitária de 1968:

Na verdade, pode-se afirmar que, de uma forma geral, se observou grande indefinição e arbitrariedade de critérios na organização das categorias docentes da USP,[...] as quais não correspondiam a reais diferenças nas funções e nos serviços prestados, nem nos títulos acadêmicos obtidos, poder-se-á concluir que a estruturação de uma racional carreira universitária deveria ser umas das metas prioritárias da Reforma (ANTUNHA, 1974, p.172).

2.2 A Cidade Universitária

A construção da Cidade Universidade Armando de Salles Oliveira teve o seu devido destaque nos editoriais ao longo do período, por sua importância para a concretização dos princípios fundadores da Universidade¹⁰. Para o periódico, sua construção constituiria uma das principais medidas para a conquista efetiva da autonomia universitária e consolidação do projeto universitário dos patronos da USP, em especial por garantir a “materialização” dos princípios fundamentais do modelo universitário escolhido, como a integração entre os institutos, a convivência da comunidade científica e estudantes e a universalidade de conhecimentos (ANTUNHA,1974, p.44-48). Estes espíritos de universalidade e integração por meio da construção da Cidade Universitária manifestaram-se como elementos fundamentais da universidade desde sua criação. Segundo consta no decreto de fundação da USP, em uma parte especial denominada *Do espírito universitário*,

[...] A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente: a) pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitárias; [...] c) pela criação de cursos comuns, que atendam às necessidades de alunos de diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos; [...] e) pela prática de atividades sociais em comum, pelos alunos das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos; f) pela organização da sociedade e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação; g) pela prática habitual de esportes, jogos atléticos e competições de que participem universitários das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos (SÃO PAULO, 1934).

O “espírito universitário” seria garantido, portanto, se fosse promovida a integração e o convívio entre docentes e discentes por meio da aproximação física entre os prédios. As *vilas universitárias*, ideia que acabou desembocando no projeto de construção da Cidade Universitária, conteriam, além das áreas didáticas, as de convívio social e recreação, assim como de cursos comuns aos alunos das diversas faculdades,

¹⁰ As análises referentes aos editoriais publicados entre 1946 a 1952 fazem parte de comunicação apresentada no Congresso Brasileiro de História da Educação (Cuiabá-MT, 2013), por Ana Beatriz Feltran Maia e Bruno Bontempi Júnior.

princípio da universalidade do conhecimento que estava no cerne dos objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras.

A construção da Cidade Universitária passou a ser, já na década de 1940, ponto cardeal no discurso em defesa da consolidação do projeto de universidade acalentado desde sua origem pelo jornal. No editorial de 01/10/1948, o periódico congratula o governo por instituir uma nova comissão para o planejamento da obra da Cidade Universitária:

A elaboração do plano da Cidade Universitária constitui no momento uma das maiores necessidades educacionais de nosso Estado. O progresso das pesquisas e do ensino na Universidade de São Paulo depende em grande parte, da criação da Cidade Universitária, a qual permitirá o *estreitamento das relações entre as diversas unidades* que a compõem, de modo a se conseguir maior incentivo para os trabalhos universitários e, ao mesmo tempo, estabelecer e coordenar a *unidade de propósitos* que lhes está faltando (CIDADE..., 1948b, p.3).

A defesa do estreitamento entre as unidades e a unificação de propósitos entre elas está baseada no entendimento da função que coube especificamente à FFCL, núcleo integrador das diversas unidades, por onde deveriam passar todos os alunos da universidade, pois nela estavam concentradas as cátedras das ciências fundamentais. O princípio da integração, que “encontra-se nas origens da própria criação da USP e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”, deveria ser entendido de forma ampla, não só em questões de uso comum de espaços e materiais, mas em relação à “busca da unidade de conhecimentos”. Os defensores da medida entendiam que a construção da Cidade Universitária e a convivência de seu pessoal seriam as condições básicas para o surgimento do chamado “espírito universitário” (ANTUNHA, 1974, p.47-48), que garantiria a unidade de propósitos à direção da Universidade. A integração permitiria igualmente que se realizasse o objetivo maior da instituição: o “entrosamento de todos os trabalhos de ensino e pesquisa em um perfeitamente orgânico”, para o “progresso das pesquisas científicas e das experiências educacionais” (AINDA..., 1948a, p. 3).

Criada pela primeira vez em junho de 1935, pelo interventor Armando de Salles Oliveira, a comissão para estudo da Cidade Universitária iniciou os trabalhos de planejamento do *campus*, e por meio de seu Escritório Técnico, no ano seguinte, foi apresentado à Assembleia o projeto de lei nº 238, que continha em si os princípios dos fundadores, como a centralidade da FFCL e a distribuição da área originalmente escolhida entre 10 setores, respeitando o princípio de integração entre as unidades. No

anteprojeto do prédio da FFCL, estavam unidos no mesmo espaço toda a faculdade, o Museu de História Natural e o Colégio Universitário, condição para o cultivo do “espírito universitário”¹¹. Ernesto de Souza Campos, presidente da Comissão, afirmava (1938, p.110-114):

A existência da Universidade e as razões da organização universitária decorrem da própria característica de integralidade da tarefa educativa, princípio que acarreta, entre outras consequências, a necessidade da unidade institucional de organização por meio da qual sejam ministradas a educação [...] Sem tal elemento essencial e fundamental a universidade ficará privada da grande força coesora que assegura o espírito universitário entre professores e discípulos [...] A unidade institucional da organização universitária acarreta, como consequência direta e imediata, a necessidade da concentração das instalações das diferentes instituições universitárias próximas umas das outras, grupando-se sistematicamente, de acordo com as finalidades respectivas, num mesmo campo: a Cidade Universitária.

Em discussão, o projeto sofreu objeções por parte da Companhia City, proprietária de grande parte do terreno escolhido, e acabou por ser engavetado em razão da instauração do Estado Novo, em 1937, encerrando o que Souza Campos chamou de primeira fase da construção da Cidade Universitária (CAMPOS, 1954, p.157).

A ideia da construção somente retorna timidamente em 1941, com a definição da área da Fazenda Butantã para o *campus*, apenas uma parte da área prevista pelo projeto original. Novos estudos de urbanização são feitos em 1942, na reitoria de Jorge Americano, e o projeto é reelaborado, porém, sem continuidade efetiva. Após desapropriações da área para a construção dos edifícios do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o de física nuclear da FFCL, foi feita uma série de debates sobre a questão na Semana Universitária; em 1944, foi feito o Concurso de Ideias para um novo plano, que acabou não sendo adotado pela reitoria e substituído por um projeto de uma nova comissão e escritório nomeados. Entre 1946 e 1947, uma nova Comissão e um novo Escritório foram constituídos pelo reitor Antonio Almeida Prado, e instituídos em 1948 pelo governador (UNIVERSIDADE..., 1985, p.38). Nesse momento se iniciam os comentários dos editoriais, coincidindo com o fim da segunda fase dos projetos e o início da terceira fase, que vai até 1950 (CAMPOS, 1954, p. 191).

O jornal defendia que, nesta nova fase de planejamento, fossem levadas em prioridade as exigências educacionais e filosóficas do projeto original da universidade,

¹¹ Para visualização da planta, ver ANEXO A.

em detrimento dos aspectos técnicos, arquitetônicos e urbanísticos, pois a Cidade Universitária deveria ser "a concretização integral da estrutura de uma universidade verdadeira" (SOBRE..., 1948g, p.3). Entre os anos de 1948 e 1950, houve poucas realizações concretas, devido à falta de verbas, mas foi um período de grande discussão do projeto. O reitor Linneu Prestes reconstituiu a Comissão da Cidade Universitária e a incorporou a ela o Escritório Técnico da gestão anterior (CAMPOS, 1954, p.199- 226). Em maio de 1949, o Conselho Universitário aprovou um projeto de zoneamento e sistema viário do *campus*, que ampliava o espaço dos setores localizados em torno da reitoria, composto pelas faculdades e institutos. Abrangendo todo o território, de acordo com as curvas de nível, o projeto aumentava a distância entre os diversos institutos e faculdades e localizava a Faculdade de Filosofia no centro do terreno, acima da área administrativa (UNIVERSIDADE..., 1985, p.41-42; p.47).

Em 1950, a Comissão solicitou exoneração, e o reitor, Luciano Gualberto, instituiu uma nova, com o nome de "Comissão do Planejamento e Execução da Cidade Universitária". Essa não era uma comissão nomeada pelo governador, como as anteriores, mas era um órgão auxiliar da reitoria, tendo o professor e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Luiz de Anhaia Mello como presidente. Ernesto de Souza Campos, que tinha participado como presidente das comissões até o momento, não foi membro desta, e somente voltaria a atuar na Comissão da Cidade Universitária, restituída com seu nome original, como presidente em 1951, após o pedido de exoneração de Anhaia Mello e a posse de Ernesto de Moraes Leme como reitor (CAMPOS, 1954, p.226-228). Essa mudança de orientação da comissão e mesmo de sua subordinação à reitoria foi representativa, pois gerou mudanças significativas nos rumos da construção da Cidade.

Em 07/01/1951, o matutino retoma a discussão sobre o projeto da Cidade Universitária, criticando a demora para o início de sua realização. No entanto, o argumento central recaía sobre o projeto arquitetônico e urbanístico. Defendia que não se tratava apenas da construção de prédios e espaços que privilegiassem a expansão do ensino e da pesquisa, mas que o projeto deveria ter uma estreita relação com o ideal de uma verdadeira universidade, o que deveria ser traduzido pelo estilo barroco-jesuítico. Esse estilo, por representar a brasilidade tipicamente paulista, impunha aos alunos o conhecimento e o respeito à tradição bandeirante de dedicação ao Brasil, fazendo

transparecer as inspirações dos idealizadores da universidade. A verdadeira cidade universitária não deveria ser um aglomerado de espaços de vivência e institutos, mas deveria ter seu próprio governo, sua administração, seu modo de vida social, num “um modelo de organização social quase perfeita” que unisse as aspirações do futuro com as tradições do passado (A CIDADE..., 1951a, p.3).

Posteriormente, o editorialista se retrata a respeito da crítica à demora para o início da construção, pois o reitor Luciano Gualberto teria encaminhado ao jornal um ofício do professor Luis de Anhaia Mello, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e presidente da comissão de plano e execução da Cidade Universitária, alegando que as obras já tinham sido iniciadas. O editorialista se justificou dizendo que em seu último comentário apontara que *quase nada* tinha sido feito para o início da construção da cidade universitária, e que havia muito tempo que o jornal, além de professores e técnicos, oferecia sugestões e críticas sobre o assunto. Outra divergência se demonstrava: Anhaia Mello defendia uma arquitetura inovadora, enquanto o jornal defendia uma arquitetura que homenageasse a tradição e o passado, o barroco jesuítico, já que a Cidade Universitária deveria ser um monumento cívico, a lembrança viva do passado e suas tradições, e não uma aventura artística (A CIDADE..., 1951b, p.3; AVENTURA..., 1951a, p.3).

Entre os anos de 1951 e 1954, quarta fase do projeto, a construção da Cidade Universitária foi posta em andamento, com a liberação de verbas e o início das obras. O plano de zoneamento e urbanização ficou pronto em 1952; as obras começaram pela reitoria, e o setor tecnológico teve a construção de diversos edifícios. “Enfim, o ano de 1951 foi o ano de garantia de realização da obra, como o seguinte, o de 1952, foi o de consolidação” (CAMPOS, 1954, p.228-229). Entre 1954 e 1955, chegou-se ao projeto das edificações. Contrariando a defesa do jornal pelo estilo do barroco jesuítico, a arquitetura da cidade universitária acabou por ser definida por renomados arquitetos do modernismo, configurando-a em formato de um grande parque (UNIVERSIDADE..., 1985, p. 48).

No ano de 1952, as obras da Cidade Universitária tiveram destaque entre os editoriais. O jornal demonstra sua crença na realização das obras da Cidade Universitária por causa das medidas públicas tomadas e dos trabalhos da comissão, que

já estavam em fase de concretização. Sua crítica era que, apesar das recomendações feitas anteriormente quanto à necessidade de representação de um ideal universitário nas obras, o projeto da comissão não possuía uma concepção de “verdadeira universidade, de suas reais e superiores aspirações, de sua significação na vida cultural, de um povo” como guia seguro para sua elaboração. Recriminou como caóticas as medidas tomadas pelos “técnicos”, defendendo que a Cidade não era uma questão puramente técnica, e por isso deveria ter sido longamente debatida com centros especializados, com as congregações e com a opinião pública. A comissão teria ignorado as críticas feitas ao projeto e teria atendido aos interesses de alguns professores e de um grupo, ao invés de seguir um “plano elevado e filosófico”, o que causaria a “morte da universidade” (AS OBRAS..., 1952c, p.3).

O periódico se posiciona como um advogado do grupo que defende o projeto dos fundadores da universidade, identificados com a FFCL, enquanto critica as medidas do grupo “técnico” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, representado pela figura de Anhaia Mello. A “verdadeira universidade”, aquela baseada nos princípios do projeto do “grupo do *Estado*”, não se concretizaria no *campus* então traçado, pois as faculdades teriam sido divididas de forma arbitrária. Se comparados os planos de zoneamento de 1949 e o aprovado de 1952 (UNIVERSIDADE..., 1985, p.42-43), nota-se que houve uma significativa redução do espaço destinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e que a zona residencial foi deslocada para uma região sem comunicação direta com a FFCL. Nota-se, também, que passaram a existir espaços físicos próprios para os institutos de Química e Física, indicando a fragmentação da FFCL, que fora projetada para abrigar todas as ciências puras em um único prédio, indicando um processo de autonomização dessas áreas¹². Estas mudanças representavam uma derrota em relação ao projeto dos fundadores e do jornal, já que punham por terra os princípios da universalidade dos conhecimentos, da integração dos institutos e da convivência acadêmica na FFCL.

O matutino continuou sua oposição, com Ramos de Carvalho invocando a autoridade de Anísio Teixeira em defesa de seu discurso. Cita as palavras do educador, que, em entrevista, teria anunciado não ser razoável que a Cidade não fosse construída em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que era a essência da

¹² Para visualização das plantas, ver anexo B e C.

universidade. Ressalta que sua defesa está baseada em critérios pedagógicos, os quais não foram levados em conta pelos “técnicos”(UM EDUCADOR..., 1952f, p.3).

Entre os técnicos que compunham a comissão, destacavam-se Bruno Simões Magro, renomado engenheiro-arquiteto, professor da Escola Politécnica e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo entre junho de 1951 e dezembro de 1952, período dos debates; e Luiz Ignácio de Anhaia Mello, eminente estudioso do urbanismo, professor da Escola Politécnica e um dos principais responsáveis pela idealização e criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sob a ótica do modernismo, e seu primeiro diretor, em 1948. Em 1949, foi o mentor do projeto de zoneamento e urbanização da Cidade Universitária; em 1950, assumiu o cargo de vice-reitor e, como presidente da Comissão de 1951, defendeu a utilização da arquitetura moderna nas obras, contra o pleito dos seguidores de Júlio de Mesquita Filho e, deliberadamente, distribuiu as tarefas para os projetos de cada instituto entre diversos nomes da arquitetura moderna brasileira, como Rino Levi e Roberto Cerqueira César (FISCHER, 2005).

Retomando o argumento da inexistência de um plano diretor para o projeto, que estaria a mercê do profissional encarregado para o desenvolvimento da arquitetura de cada instituto, o jornal apontava que a comissão teria sido constituída como um monopólio de alguns professores, e que estes estariam conduzindo a questão de forma burocrática, dispensando a tradição do projeto de Armando de Salles Oliveira e seu compromisso com o progresso da cultura (AINDA..., 1952a, p.3). Em resumo, dizia que o projeto em curso punha em perigo a própria existência da FFCL, que nele se desintegrava em diversos institutos isolados, aniquilando pela base o projeto dos fundadores.

Em 29/05/1952, *OESP* publicou na íntegra um extenso manifesto ao povo e ao governo, assinado no dia 17, por membros da comissão nomeada por Armando de Salles Oliveira, encarregada do projeto da Universidade de São Paulo. Nele, o pensamento que orientou a criação da USP é recordado, em especial, o papel dado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Entregue em mãos ao governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) pelos professores Antonio de Almeida Júnior, Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, o manifesto apela

[...] para a opinião pública e para o Governo do Estado, no sentido de que assegurem a continuidade do espírito que inspirou a fundação da Universidade, preservando-o das ameaças que, segundo alguns indícios, sobre ele pesam, inclusive diante do sigilo pouco democrático com que foram traçados os planos, já infelizmente em início de execução, da Cidade Universitária (MANIFESTO..., 1952d, p. 7).

Tal medida demonstrava o grau de importância que o projeto da Cidade Universitária tinha dentro do projeto universitário do “grupo do *Estado*”. O manifesto criticava a falta de debate público sobre a questão, ou seja, a indiferença com que a comissão encarregada pela construção estava tratando as declarações do jornal a respeito. O manifesto é prova de que o grupo dos fundadores da USP mantinha uma batalha pública a favor de sua concepção de universidade e intensificava a disputa entre projetos, em um momento crucial de concretização do plano da Cidade Universitária.

Em síntese, o documento retoma o sentido da criação da USP dado por seus fundadores, como o objetivo de formar uma elite intelectual que pensasse os problemas nacionais e o avanço da ciência, em defesa dos interesses da coletividade, assim como a missão da FFCL, centro de pesquisa e transmissão de uma cultura filosófica, científica e literária que contribuiria para a renovação dos valores, assim como seria o local de suporte da cultura desinteressada. Entre os pontos principais estava a ideia de que a reforma da educação superior tentada pelos fundadores tinha encontrado resistência. Nela, os institutos profissionais teriam de se reestruturar em função da centralidade dada à FFCL, por ser ela a escola em que todos os alunos cursariam as disciplinas básicas e comungariam de um espírito universitário. Especificamente, em relação à Cidade Universitária, o documento criticava a fragmentação da FFCL em diversos institutos e defendia a construção de um prédio único para suas disciplinas, ao mesmo tempo em que recriminava a orientação estilística moderna dos prédios em contraposição ao pretendido estilo barroco-jesuítico, abrigo da tradição artística do país. A Cidade Universitária deveria ser a materialização da “consciência do passado” paulista, como uma local de resistência as pressões modernizadoras das novas culturas estrangeiras (MANIFESTO..., 1952d, p. 7).

Dois pontos do manifesto merecem destaque: ele sugeria que fosse refeita a comissão responsável pela construção, incluindo *educadores* junto aos arquitetos e urbanistas, e que fosse aberto um concurso público para o anteprojeto da obra. Desta maneira, a comissão seria responsável apenas pelas diretrizes e princípios fundamentais

da obra, e não mais pelo estilo e organização dos prédios MANIFESTO..., 1952d, p. 7, grifo nosso). Com essas medidas, os educadores responsáveis pela criação da Universidade poderiam compor a comissão e acrescentar sua visão filosófica e pedagógica sobre o projeto, na intenção de criar as diretrizes que concretizariam seu ideal de universidade e protegeriam a missão da FFCL na instituição. O concurso público coroaria essas diretrizes, eliminado o "monopólio" dos professores engenheiros-arquitetos da USP.

Os editoriais publicados após o manifesto retomaram seus principais pontos e elevaram sua importância para um debate público da questão. No entanto, Ramos de Carvalho deixa transparecer a frustração dos manifestantes e do núcleo do jornal em relação à continuidade do silêncio da Comissão a respeito das críticas a ela dirigidas. Após meses, nada ainda teria sido feito para corrigir os erros enunciados pelo jornal sobre o projeto da Cidade Universitária (À MARGEM..., 1952b, p. 3). No entanto, conforme consta em ata do Conselho Universitário, as críticas feitas em “Notas e Informações” motivaram amplo debate a cerca de uma resposta pública que deveria ser enviada a toda a imprensa. Discutindo a melhor forma de rebater as críticas, os conselheiros produziram um histórico sobre do que foi publicado, juntamente com uma resposta, aventaram sobre a possibilidade de ter uma representante na Assembleia Legislativa que defendesse o projeto da Cidade Universitária, enquanto outros defendiam a dispensa da resposta, alegando ser melhor não criar polêmica com *OESP*. Por fim, acabou sendo aprovada uma moção em defesa das ações da Comissão responsável pelas obras da Cidade Universitária, que seria entregue para publicação na imprensa (UNIVERSIDADE, 1952a, fls. 2 verso-5 verso).

O chamado período “áureo” de consolidação das obras (CAMPOS, 1954, p.228) acabaria em 1954, pois no governo de Jânio Quadros as verbas destinadas à construção se extinguiram e o único fato notável a respeito foi o projeto de lei nº321/56, que nomeava o *campus* de Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. A proposta da homenagem tinha partido dos deputados Roberto de Abreu Sodré, da União Democrática Nacional e Amadeu Narciso Pieroni, do Partido Social Democrático, teria sido recebido com louvor e aprovado por unanimidade pela Assembleia (APROVADO..., 1956c, p.4).

Até o final da década de 1950, o que ocorreu de significativo, pelo menos no que tange ao projeto da obra, foi um novo processo de replanejamento urbanístico do *campus*, com uma nova equipe à sua frente na Comissão da Cidade Universitária. Esse replanejamento consistia em racionalizar e simplificar o sistema viário, mudar o conjunto habitacional para um espaço ao lado do *Core*, região que ganharia um maior destaque. O *Core*, ou Centro Cívico, teria “a função de congregar e fomentar as relações sociais acadêmicas”, sendo composto pelo setor administrativo, com a reitoria e prefeitura, pelo setor cultural e social, com a biblioteca central, o cine teatro, o auditório, os centros estudantis, o salão de baile e restaurantes e pelo setor comercial, com hotel e centro comercial. Estas mudanças, entretanto, não foram postas em prática durante o governo de Quadros, que acabou por subsidiar poucas obras isoladas, ligadas ao setor tecnológico, como a construção do Instituto de Energia Atômica e o edifício do reator (UNIVERSIDADE..., 1985, p.48-49).

De fato, a “campanha” empreendida pelo periódico perdeu força, o que se reflete na ausência de editoriais sobre a Cidade Universitária até o início da década seguinte. Nos anos 1960, as discussões sobre o projeto da Cidade Universitária e suas execuções entraram em uma nova fase, sob o governo de Carvalho Pinto e a reitoria de Ulhôa Cintra. Os editoriais desse período enfocam a viabilidade da finalização do projeto, atrelada à destinação de verbas, o que evidenciaria a “falha” do governo Quadros. Na lei nº 5.444, de 17 de novembro de 1959, que dispunha sobre o Plano de Ação do governo Carvalho Pinto, foi criado o Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", para atender ao custeio na construção e equipamento das respectivas escolas e institutos de ensino superior (SÃO PAULO, 1959, p.4). O editorialista comentava, a respeito do Plano de Ação empreendido pelo então governador, que

[...] dispõe-se o governo a transferir para a Cidade Universitária, até 1962, com instalações modernas e adequadas, todas as Faculdades e Institutos que devam localizar-se na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, e a completar as instalações e equipamentos dos outros Institutos e Faculdades da Universidade de São Paulo, do Interior e da Capital, que não se devam transferir para a Cidade Universitária (O DÉCIMO..., 1960a, p.3).

A iniciativa de Carvalho Pinto, de traçar objetivamente metas orçamentárias para investimento no setor do ensino superior, angariou o apoio do periódico ao seu Plano de Ação, afirmando que “depois de Armando de Salles Oliveira, o atual governo é o primeiro que se dispõe, corajosamente, a enfrentar o problema universitário” (UMA

REFORMA..., 1960c, p.3). O Fundo para a Construção da Cidade Universitária seria administrado por um Conselho de Administração, com plenos poderes, presidido pelo Reitor da USP e composto pelos diretores dos institutos devidamente transferidos para o *campus*, pelo presidente da Comissão da Cidade Universitária e por um diretor-executivo (AMERICA...,1962). Como presidente do Conselho, o reitor Ulhôa Cintra foi figura representativa quanto aos ideais que motivaram a reformulação empreendida do projeto da Cidade Universitária, tendo junto de si Paulo de Camargo e Almeida, diretor-executivo do Fundo, e Anhaia Mello, principal consultor e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Sobre essa nova fase de planejamento e concretização da Cidade Universitária, o jornal mantinha a postura de que o momento seria propício para que se efetivasse o antigo projeto de universidade dos fundadores. Ao comentar sobre os planos de reestruturação da USP, Ramos de Carvalho argumentava:

Não há dúvida que essa reestruturação encerra graves questões. A principal delas, ao nosso ver, será a de definir, na organização universitária, a função da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apesar do empenho dos fundadores da Universidade de São Paulo, a escola criada por Armando de Salles Oliveira nunca pode exercer o papel de instituto básico de ciências, letras e filosofia. As resistências que se opuseram e ainda agora se opõem a concretização deste objetivo são imensas (REESTRUTURAÇÃO..., 1960b, p.3).

Em discurso de posse como reitor, Ulhôa Cintra (apud AMERICA...,1962). deixou transparecer sua concordância com relação ao princípio da integração universitária, corporificada na FFCL, animado pelos fundadores da Universidade:

O espírito universitário só poderia surgir, criado espontaneamente, pela própria força agregadora de superiores interesses comuns [...] A obrigatoriedade de intercâmbio e de trabalho comum é uma lei a que a Universidade de São Paulo não poderia fugir. Foi uma fortuna para ela que seus fundadores tivessem compreendido, desde sua origem, a indispensabilidade de um elo unificador, e criado, ao mesmo tempo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] Admirável concepção da unidade universitária e do espírito universitário se completou com a criação da Cidade Universitária [...] As diretrizes formuladas pelos seus fundadores continham a marca indelével que deverá constituir, sempre, a espinha dorsal do organismo adulto.

Segundo consta do relatório final, de 1963, sobre os trabalhos empreendidos pelo Conselho Administrativo do Fundo, o modelo antigo de criação das universidades, baseado na aglutinação de escolas pré-existentes foi substituído por uma nova estrutura universitária, feita em setores dos saberes científicos:

A efetivação do planejamento setorial, que se processa na Cidade Universitária em ritmo acelerado, afirmará uma filosofia de Universidade, embasada que está em concepção que valoriza e revela a permuta de esforços, trabalhos e conclusões entre professores e alunos dos diversos Institutos [...]. Dos dados e análises apurados, fácil foi *agrupá-los setorialmente*, de acordo com as suas *finalidades didáticas e científicas*, aproximando-os ou afastando-os por atividades afins e *não agrupando-os especificamente por faculdades* (UNIVERSIDADE..., 1963, p.11-12, grifos nossos).

Este momento de debate sobre a estrutura universitária, conjuntamente com a construção mais ostensiva da Cidade Universitária foi, para o jornal e para Ramos de Carvalho, um momento promissor quanto à possibilidade de real implantação do princípio de integração projetado pelos fundadores. Reformar, para o matutino, era finalmente acabar com o isolamento das faculdades da Universidade e consolidar o projeto da FFCL:

A Universidade de São Paulo vem passando, na gestão do professor Ulhôa Cintra, por profundas transformações. As concepções básicas de seus fundadores, entre os quais se encontra a ideia de uma integração efetiva das escolas existentes, produzem agora os primeiros e promissores resultados, graças à visão esclarecida do eminente professor [...] Cresceram as escolas sem nenhum plano integrador. Agora, sob a orientação do prof. Ulhôa Cintra, renovam-se aquelas diretrizes iniciais (A NOVA..., 1962a, p.3).

O Conselho Administrativo do Fundo afirmava que a decisão pela unidade de concepção de estrutura da Cidade Universitária, assentada sobre a setorização das áreas como um princípio da nova filosofia de planejamento, tinha derivado de larga consulta as autoridades, docentes e discentes da universidade, junto ao grupo técnico (UNIVERSIDADE..., 1963, p.11-13). O replanejamento privilegiava a construção de prédios de setores do conhecimento afins e não necessariamente mantinha a distribuição em faculdades, de modo que o princípio de integração original da FFCL sofria uma sensível mudança. Não seria apenas a FFCL, local de reunião de todas as cadeiras das ciências puras, o centro integrador da universidade, mas existiriam diversos centros integradores entre os institutos afins. Em sua reformulação, o projeto da Cidade Universitária definia-se em dezoito setores, como o setor das Químicas, o setor tecnológico, o setor de Ciências Políticas, Sociais e Humanas, o setor esportivo, o setor de convivência geral, o setor biológico, o setor da Física, das Ciências Médicas e Aplicadas e setor pedagógico, entre outros (AMERICA...,1962)¹³.

¹³ Para visualização da planta, ver anexo D.

Alguns exemplos elucidam a mudança de ênfase em relação ao papel da FFCL para os agrupamentos setoriais. No setor tecnológico, estavam agrupados todos os departamentos técnicos da universidade, em grande parte pertencentes à Politécnica, como o Departamento de Matemática, Física, Química Tecnológica, Hidráulica e Saneamento, Eletricidade, Geologia e Minas, Metalurgia, Mecânica, Produção, Engenharia Naval e Construções Cíveis, além de uma praça que seria o Centro Social do setor, como elemento de integração dos vários edifícios (AMERICA..., 1962). O setor tecnológico agrupava disciplinas que desde a criação da universidade os fundadores e seus seguidores, especialmente na FFCL, lutavam para que fossem transferidas para o núcleo básico da universidade. Como isto não ocorrera, devido à longa resistência da Escola Politécnica à transferência das cadeiras de suas disciplinas fundamentais para a FFCL¹⁴, o setor tecnológico manteve praticamente intacta a estrutura da Escola. O setor biológico, estrategicamente localizado para se interpenetrar com os setores da Energia Atômica, de Ciências Médicas e Aplicadas, de Química e o Instituto Butantã, continha disciplinas de diversos institutos, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Medicina, Veterinária, Farmácia e Odontologia. Os setores de Químicas e Física ganharam espaços próprios, separados do setor das Ciências Políticas, Sociais e Humanas. Este último seria composto pelos Departamentos de História e Geografia, de Letras, de Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia, de Sociologia e Antropologia, de Matemática e Estatística e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Especialmente, este setor foi localizado ao longo da atual Avenida Professor Luciano Gualberto, “dividindo” o *campus*, estando entre os setores técnico e biológico, servindo como “ponto de equilíbrio” entre eles (AMERICA..., 1962).

Com o planejamento em setores, o projeto original da FFCL, contendo todas as áreas das ciências fundamentais, sofreu uma importante mudança quanto ao modo de promover-se o princípio da integração. A FFCL dispersou-se em vários setores e a concepção de integração da universidade deslocou-se da concentração das cátedras básicas e do convívio de todos os alunos na FFCL para a integração entre as disciplinas afins, cada área em seu setor, que poderia ser composto por diversas faculdades e departamentos, exceto no caso do setor tecnológico, que continuou basicamente baseado nas cadeiras da Escola Politécnica. Com a formulação do projeto em setores, a FFCL

¹⁴ Para maiores esclarecimentos sobre este assunto, ver Antunha (1974).

continuava a existir oficialmente nos antigos moldes, mas já guardava em si os elementos que iriam contribuir para sua desagregação posterior, na Reforma de 1968, pois o movimento de setorização já promovia a autonomização das diferentes áreas, ao mesmo tempo em que propunha a integração.

Tanto a carreira universitária quanto a construção da Cidade Universitária foram assuntos que motivaram verdadeiras campanhas pela manutenção dos princípios educacionais dos fundadores da universidade. A continuação da tradição científica instaurada pelos professores estrangeiros na FFCL e a construção da Cidade Universitária, mantendo-se fiéis ao princípio da integração entre as unidades e a universalidade dos conhecimentos, foram aos pilares das defesas de Ramos de Carvalho por meio dos editoriais.

CONCLUSÃO

Em seus editoriais, Ramos de Carvalho empenhou-se em defender a manutenção dos princípios educacionais originários do projeto dos fundadores frente aos desafios e as mudanças que a Universidade passava, decorrentes de seu crescimento e consolidação. Seu papel, como editorialista, era ser porta voz do discurso educacional do jornal, que continuava em sua essência, o mesmo formulado pelo “grupo do *Estado*”. No entanto, a tarefa de Ramos de Carvalho era atualizar esse pensamento ao contexto vivido entre as décadas de 1940 e 1960. Neste período, a universidade teria passado por um processo de ampliação de sua estrutura, o que tornava imperativo que o jornal tivesse constantemente alertando a opinião pública e se engajando pela manutenção dos princípios dos fundadores.

Ramos de Carvalho acompanhou esse processo, tanto como docente quanto como jornalista, e por meio dos editoriais pode tornar públicos os embates e as disputas internas existentes na USP acerca de sua organização. O jornal, por sua proximidade com a questão universitária e por sua importância na imprensa paulista, conseguia polemizar com as decisões tomadas a respeito da estrutura da universidade pelos órgãos administrativos da FFCL, pelo Conselho Universitário e pela Assembleia Legislativa. Dessa forma, foi possível verificar que a universidade não era uma instituição homogênea, mas que possuía disputas internas acerca de sua organização e preservação de sua concepção e modelo, que se refletiram igualmente nas disputas políticas existentes na Assembleia Legislativa. Por isso, a legislação que a organizava era alvo de constantes apreciações do jornal. Ramos de Carvalho ora se posicionava contra alguns dispositivos legais, ora a favor da criação de leis, usando-os como argumento, conforme as linhas mestras de seu engajamento político educacional.

O modelo de universidade implantado pelos fundadores da USP foi constantemente questionado. As disputas que envolveram a regulamentação da carreira docente e a construção da Cidade Universitária são registros de que os rumos que a Universidade tomava eram resultados de embates entre grupos de diferentes concepções acerca de sua organização. Na visão do intelectual, a carreira docente era o desdobramento da política inicial de formação dos quadros da universidade, e a construção do *campus*, a concretização dos princípios educacionais dos fundadores.

Lutar, publicamente, por meio dos editoriais, agendando as questões ou refutando as ações contrárias aos seus propósitos era sua tarefa como intelectual e defensor a política universitária do jornal.

Recriando o ambiente das disputas que existiram em torno destes dois assuntos, foi possível averiguar que, conforme o jogo político e as condições objetivas impostas pelo contexto iam se transformando, a política educacional dos fundadores era posta em contestação e ou em posição de adaptação. Tanto o projeto de criação da carreira docente quanto o projeto original de construção da Cidade Universitária não se concretizaram de acordo com as idealizações dos fundadores e do jornal.

Os editoriais, como fontes, permitiram apreender os movimentos cotidianos das referidas disputas, assim como o engajamento de Ramos de Carvalho na cena pública como especialista em educação e defensor do pensamento educacional de *OESP*. Como editorialista, o intelectual pode exercer os papéis de defensor de ideais e propositor de políticas educacionais, pois usava suas colunas como tribuna no espaço público. Sua atuação não era puramente política, nem tampouco puramente técnica: era um militante do mundo das ideias, um intelectual acadêmico, que discutia conjuntamente princípios e suas aplicações políticas. Desta forma, as atividades de editorialista de Laerte Ramos de Carvalho não devem ser compreendidas de forma independente e idiossincrática, mas sim como atuação que refletiam um conjunto de princípios ideológicos pertencentes ao intelectual e ao grupo ideológico que ele se relacionava, representava e integrava.

A carreira docente era, além de um desdobramento do crescimento pelo qual a universidade passou ao longo das décadas de 1940 e 1960, a forma mais justa de preservar essa tradição didática, e deveria ser incorporada ao processo de concursos de títulos e provas que se abriram como requisito avaliativo, para que os discípulos dos mestres estrangeiros conseguissem, por meio do mérito de sua experiência, ascender às cátedras. O trabalho de Ramos de Carvalho, como editorialista, era alertar a opinião pública acerca dos perigos didáticos que envolviam os fim dos contratos dos professores estrangeiros e a abertura prematura dos concursos, pois segundo o jornal, as cátedras estariam sujeitas a autodidatas.

Concluimos que, de acordo com a ideologia dos fundadores propagada pelo jornal por meio dos editoriais escritos por Ramos de Carvalho, era imperativo que se

mantivesse por maior tempo possível a contratação de mestres estrangeiros, para que eles pudessem formar seus assistentes, os “legítimos seguidores” da alta cultura, instrumento necessário à reconstrução nacional por meio da ciência. No entanto, a forma de concepção dos contratos dos estrangeiros passou da ideia de buscar jovens profissionais que fariam “escola” na universidade para o contrato de professores renomados, mas que, entretanto, ficariam por períodos curtos na instituição, contrariando assim as diretrizes dos fundadores.

Esta política de manutenção dos estrangeiros teve resistências e oposições internas de grupos que desejam a interrupção dos contratos e a abertura dos concursos para as cátedras, pois a efetivação como catedrático, além de ser prevista nos Estatutos de 1931, era a porta de acesso necessária aos postos administrativos da USP. Deste modo, as cátedras constituíram objeto de disputas internas, evidenciando a existência de concepções diferentes acerca de quando e como deveria ser aberto o acesso a elas. Este processo de disputas das cátedras e a abertura de concursos acarretou a discussão acerca da necessidade de construção da carreira docente universitária, meio de regulamentação do acesso às cátedras, desejada pelo jornal.

Compreender a questão da carreira docente na FFCL-USP entre os anos 1940 e 1960 é abranger o significado que ela tinha para a manutenção da política educacional dos fundadores da universidade. À medida que a “moratória de cátedras” chegava ao fim, era necessário instituir uma nova fórmula para garantir que os “legítimos discípulos” dos professores estrangeiros pudessem alcançar os cargos e assegurar a preservação de seus valores e conhecimentos. A regulamentação da carreira docente urgia à medida que o plano original de manutenção máxima das cátedras em mãos estrangeiras ruía e abria espaço para a conquista dos cargos por novos grupos de professores nacionais. Ancorados na certeza de que os assistentes eram os mais bem preparados intelectualmente, era necessário criar um aparato jurídico para que os assistentes tivessem seus cargos garantidos contra os arroubos de “aventureiros”, que se beneficiariam com a antecipação dos concursos. A carreira era, conjugada ao concurso, a estratégia atualizada de conservação dos “legítimos interesses da universidade”, discurso defendido pelo jornal e pelo intelectual Laerte Ramos de Carvalho.

A Cidade Universitária, na obra dos criados da USP, era o coroamento e a concretização dos princípios educacionais por eles defendidos. Em especial, ela materializaria os ideais originários da FFCL, a integração e a universalidade do

conhecimento. Essa questão se mostrava de suma importância no momento de criação da USP, pois a FFCL era uma unidade espalhada por diversos prédios. Como as obras não ocorreram com a rapidez planejada pela primeira Comissão de planejamento, a construção da Cidade Universitária foi assunto que se arrastou pelas décadas de 1940 a 1960, sendo seguido pelos comentários engajados de Ramos de Carvalho.

Conclui-se que, apesar do princípio da integração em torno da FFCL ter permanecido nos projetos da Cidade Universitária, ele foi progressivamente modificado, assim como a arquitetura dos prédios, que acabaram seguindo o estilo modernista. O jornal, no ano de 1952, empenhou-se fortemente para que o projeto de construção da Cidade mantivesse fidelidade aos princípios educacionais dos fundadores. No entanto, sua campanha arrefeceu e somente ganhou apoio anos depois, com a reitoria de Ulhôa Cintra. Porém, essa retomada ocorrera em um novo contexto histórico, já fortemente marcado pela preocupação com a Reforma Universitária e as discussões que ela suscitava sobre a renovação do antigo modelo de universidade. O projeto original de construção da Cidade Universitária tinha sido atravessado pelas mudanças ocorridas no ensino superior ao longo das três décadas. Disputado entre grupos diversos, o projeto acabou representando, concretamente, a própria mudança pela qual passara a Universidade e que punha o projeto original da instituição em xeque.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: Fundação e reforma.** São Paulo: MEC; INEP; CRPE-SU, 1974.

BARROS, R. S. M. de (Org.). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** São Paulo: Pioneira Editora, 1960.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. et al. **Dicionário de Política.** V.2, 13ª ed. Brasília: UnB, 2009, p.842.

BONTEMPI Jr., B. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa,** 2001. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.2001.

_____. A incorporação do Instituto de Educação pela FFCL-USP: hipóteses para entender um campo cindido. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED: Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. **Anais...** Caxambu, p.1-15, 2007.

_____. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de São Paulo (1946-1957). **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, nº 12, p.121-158, jul./dez. 2006.

_____. Laerte Ramos de Carvalho. In: FÁVERO, M. L. A. & BRITTO, J. M. **Dicionário de Educadores no Brasil: Da colônia aos dias atuais.** 2ªed. aum. Rio de Janeiro: UFRJ; MEC-Inep-Comped, p.674-680, 2002a.

_____. *O Estado de S. Paulo* e a Faculdade de filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: o pensamento educacional convergente. **Revista do mestrado em educação.** São Cristóvão: UFS/NPGED, Vol.4, p.25-34. jan./jun, 2002b.

CAMPOS, E. S. **Estudos sobre o problema universitário.** São Paulo: **Revista dos Tribunais,**1938.

_____.**História da Universidade de São Paulo.** São Paulo: Saraiva,1954.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994.

_____. **Os arautos do liberalismo:** Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. **O Bravo Matutino:** Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, I. R. **A universidade da Comunhão Paulista: O projeto de criação da Universidade de São Paulo.** São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1982.

CARVALHO, J. P. F. de. **A Campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo (1960-1961)**. 2003. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

CARVALHO, M. M. C. Revisitando a historiografia educacional brasileira In: MENEZES, M. C. (ed). **Educação, memória, história. Possibilidades, leituras**. 1ed. Campinas : Mercado de Letras, p. 375-401, 2004.

CHAMLIAN, H. C. **O Departamento na estrutura universitária**, 1977. Dissertação(Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1977.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: O ensino superior na República Populista**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **A universidade temporã**. O ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; UFC, 1980.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acessado em: 02 out. 2010.

FISCHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 2005.

GARCIA, S. G. **Destino ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol.2. COUTINHO, C. N. (Ed. e Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre. nº 7, p.42-51, nov., 1997.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L. & LUCA, T.R. de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**, 2ª ed., São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2006.

MAIA, A. B. F. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (1934-1949). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH 50 ANOS, p.1-13, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312990552_ARQUIVO_textoanpuh2011finalrevisado.pdf>. Acessado em: 29 de março de 2012.

MASCARO, Carlos C. Laerte Ramos de Carvalho, Júlio de Mesquita Filho, e O Estado de São Paulo na História da Educação no Brasil. **O professor**, São Paulo, p. 4, ago. 1975.

MASSI, F. P. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice; FINEP; IDESP. Vol.1, p. 410-459, 1989.

PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGUER, A. I. et al.(Org.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp; Fapesp, p.259-330, 1996^a.

_____.Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, A. I. et al. (Org.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp; Fapesp, p.25-39, 1996b.

PILETTI, N. Laerte Ramos de Carvalho: a concepção de educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 16, nº 1/2, p.38-61, jan./dez. 1990.

PONTES, Heloísa. **Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPOSITO, M. P. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prefeitura a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. **O espaço da USP: presente e futuro**. São Paulo: Prefeitura da Universidade de São Paulo, 1985.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. História da educação no Brasil. A constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: **As lentes da história**. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, p. 73-139, 2005.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 16, p.63-85, jan./abr., 2008.

Fontes

A ASSEMBLEIA universitária e a carreira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 13 dez. 1956a.

A CIDADE Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 07 jan. 1951a.

A CIDADE Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 14 jan. 1951b.

AINDA a Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 12 out. 1948a.

AINDA a Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 11 mai. 1952a.

AINDA o caso da estabilidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 19 ago. 1956b.

AINDA o caso dos professores adjuntos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 04 dez. 1955a.

À MARGEM do problema da cidade universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 26 out. 1952b.

AMERICA Magazine. “Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. Edição Especial. São Paulo: Editora Varta, nº 2, 1962.

A NOVA Universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 19 set. 1962a.

A PROPÓSITO dos concursos na Universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 25 mar. 1950a.

APROVADO em redação final o projeto dispendo sobre homenagem ao fundador da Universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.4, 18 ago. 1956c.

AS OBRAS da Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 18 abr. 1952c.

ASSEMBLEIA universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 18 set. 1955b.

AVENTURA e tradição. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 19 jan. 1951a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acessado em: 18 jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto- lei nº 271, de 13 de fevereiro de 1938. Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10271.htm>. Acessado em: 03 fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acessado em: 02 mar 2013.

BRASIL. Governo Provisório. Estatuto das Universidades Brasileiras. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em : < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 21 set. 2012.

CARREIRA – única solução. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 09 set. 1956d.

CARVALHO, L. R. O Brasil, a cultura e a universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.5, 1969.

CARVALHO, M. L. C., esposa de Laerte Ramos de Carvalho, São Paulo, outubro de 2012 [entrevista].

- CÁTEDRA ou departamento?. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 27 mai. 1962b.
- CIDADE Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 01 out. 1948b.
- CONCURSO e carreira do professor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 22 ago. 1948c.
- CONCURSO e carreira do professor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 28 abr. 1950b.
- CONCURSO e formação universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 30 mar. 1950c.
- DA CARREIRA universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 06 dez. 1953a.
- DA CARREIRA universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 18 dez. 1953b.
- ESTABILIDADE de assistentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 08 mar. 1949a.
- ESTABILIDADE e carreira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 12 ago. 1956d.
- LIBERDADE de cátedra e escolha de assistentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 20 jun. 1948d.
- MANIFESTO ao povo e ao governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.7, 29 mai. 1952d.
- MEDIDA inoportuna e arbitrária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 20 nov. 1955c.
- NOTAS e Informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p.3, 04 mai. 1947a.
- NOTAS e Informações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 11 mai. 1947b.
- NOTAS e Informações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 01 jun. 1947c.
- NOTAS e Informações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 13 jun. 1947d.
- NOVOS contratos de professores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 19 set. 1948e.
- O DÉCIMO objetivo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 17 jan. 1960a.
- OS PROFESSORES da USP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 05 mar. 1959.
- PROBLEMA da carreira do professor universitário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 01 mai. 1948f.
- PROFESSORES adjuntos da Universidade de S. Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 03 dez. 1955d.
- PROFESSORES visitantes. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p.3, 19 jun. 1949b.
- REESTRUTURAÇÃO da Universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 19 nov. 1960b.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 5. 444, de 17 de novembro de 1959. Dispõe sobre medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 nov. 1959, p.4.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 5.772, de 12 de julho de 1960. Dispõe sobre nomeação e dispensa dos Assistentes da Universidade de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei%20n.5.772,%20de%2012.07.1960.htm>> Acessado em: 16 jan. 2013.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei nº 6.826, de 6 de julho de 1962. Dispõe sobre criação, transformação e extinção de cargos do Quadro da Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 jul. 1962, p.3.

SÃO PAULO (ESTADO). Mensagem nº 1.347 do Sr. Governador do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 09 out. 1956, p.52-53.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública. Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em : <<http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>>. Acessado em: 12 nov. 2012.

SOBRE a Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 08 out. 1948g.

SOBRE os professores adjuntos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 02 nov. 1952e.

TÍTULOS universitários. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 15 ago. 1948h.

UMA REFORMA necessária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 20 mar. 1960c.

UM EDUCADOR fala sobre a Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.3, 27 abr. 1952f.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Conselho Universitário, São Paulo. **Ata da 218ª sessão**, realizada no dia 29 mar. 1946, livro 8, fls. 9 – 9 verso.

_____. Conselho Universitário. **Ata da 317ª sessão**, realizada no dia 15 mai. 1952a, livro 14, fls. 2 verso- 5 verso.

_____. Conselho Universitário, São Paulo. **Ata da 329ª sessão**, realizada no dia 06 nov. 1952b, livro 14, fls. 99 – 99 verso.

_____. Conselho Universitário, São Paulo. **Ata da 474ª sessão**, realizada no dia 24 nov. 1959, livro 22, fls. 19 -19 verso.

_____. **Consolidação dos Estatutos da Universidade de São Paulo**: com leis, decretos e portarias promulgadas até 1º de setembro de 1964. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL-USP, 1964.

_____. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Ano escolar 1952**, São Paulo: FFCL-USP, s. d.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

_____. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1937-1938)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

_____. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1948.

_____. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Histórico do concurso da cadeira de Filosofia**. São Paulo: Secção de Publicações, 1952c.

_____. Fundo para construção da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. **Relatório Geral 1959-1962**. São Paulo: Secção de Publicações, 1963.

ANEXO D – Plano geral da gleba feito em setores da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. (Fonte: AMERICA MAGAZINE. Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, 1962).

